

**REVISITANDO A INTERVENÇÃO SOCIAL NO PROSANEAR:
O SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA DE SANEAMENTO PARA
POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA**



MARY MARQUES PORTO

Mary Marques Porto

**REVISITANDO A INTERVENÇÃO SOCIAL NO PROSANEAR:
O SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA DE SANEAMENTO PARA
POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA**

Projeto do Trabalho de conclusão de
curso de Graduação, da Escola de
Serviço Social da Universidade Federal
do Rio de Janeiro.

Orientadora: Gabriela Lema

RIO DE JANEIRO
Agosto/ 2007

À memória de minha filha Luana que me ensinou a viver!

AGRADECIMENTOS

Quando ingressei na UFRJ pelo vestibular de transferência externa, tinha a certeza de que nessa instituição encontraria o que desejava: adquirir conhecimento e uma boa base teórica para a profissão. Em julho de 2003 eu consegui: “*Felicidade, passei no vestibular, mas a faculdade...*” para lembrar o Martinho da Vila!

Encontrei aqui muito mais! O ambiente acadêmico ferve e as oportunidades são tantas que nem sempre tive a chance de aproveitá-las. Estava eu ali: bem no centro do saber! Levo comigo o registro de grandes debates, de noites de insônia porque as discussões dos temas em aula me levavam à reflexão por algumas horas! Cursar a Escola de Serviço Social da UFRJ foi uma oportunidade ímpar!

Por essa razão, gostaria de agradecer a todo o corpo docente que faz essa Escola ser o que ela é e, em especial gostaria de agradecer a minha querida Gabriela Lema que sem ela esse trabalho não aconteceria! Contraditoriamente (porque somos marxistas!), queria agradecer a Deus pela existência do professor José Paulo Netto no mundo, a Sara Granneman, ao Carlos Montañó, a Marlise Vinagre, ao José Augusto, a querida Ludmila Cavalcanti que me mostrou o quanto a área da saúde é interessante (odeio agulhas e hospitais!), a Andrea Moraes, a Andréa Teixeira, a Maria Lídia, a Rose Maia, a Patrícia Farias. Espero ter a oportunidade de reencontrá-los no mestrado! Um especial agradecimento a minha supervisora de estágio Carmem Tourinho pela força e carinho.

Agradeço as minhas amigas Assistentes Sociais pela grande contribuição que deram a esse trabalho e por me servirem de exemplo e inspiração: Andrea Baptista, Anizete Guimarães, Yaponira Freitas, Mary Ângela de Oliveira Cruz e Tânia Mendes.

Agradeço a minha “*grande família*” (e olhem só como é grande: mãe, irmãos, irmãs, cunhados, sobrinhos, sobrinhos netos!) pelo incentivo dado quando decidi ingressar na universidade, mesmo com a idade já avançada!

Da mesma forma, às minhas amigas inseparáveis de muitos anos que acompanharam toda a minha peculiar trajetória, na tristeza e na alegria, e que muito me incentivaram: Ângela Leite Lopes, Beth Rabetti, Carla Chaves, Dina Sacramento, Fátima Lima, Leninha Brandão.

Por último, um especialíssimo agradecimento a Jerônimo de Moraes Neto, pela força e incentivo de sempre, e a minha linda Manuela de Moraes.

*Se não houver frutos, valeu a beleza das flores.
Se não houver flores, valeu a sombra das folhas.
Se não houver folhas, valeu a intenção da semente.*

Henfil

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo revisitar a atuação dos Assistentes Sociais no Programa de Saneamento para a População de Baixa Renda – PROSANEAR-RJ, executado pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, no período entre os anos de 1995 e 1998 (gestão do governador Marcello Alencar), ressaltando a importância da categoria na condução das políticas públicas de saneamento.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Saneamento Básico; Serviço Social.

Sumário

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I: ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DE FAVELAS	11
1.1. <i>INÍCIO DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE;</i>	12
1.2. <i>A FAVELA SURGE COMO ALTERNATIVA HABITACIONAL;</i>	14
1.3. <i>SEM PLANEJAMNETO E INFRA-ESTRUTURA “A FAVELA É UM PROBLEMA SOCIAL”.</i>	18
CAPÍTULO II: PROGRAMA DE SANEAMENTO EM ÁREAS DE BAIXA RENDA – PROSANEAR	22
2.1. <i>O PROSANEAR E AS EQUIPES RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ETAPAS;</i>	23
2.2. <i>METODOLOGIA CONDOMINIAL: UMA ADEQUAÇÃO SÓCIO-TERRITORIAL;</i>	28
2.3. <i>UMA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA;</i>	31
2.4. <i>CONHECENDO A POPULAÇÃO LOCAL: PESQUISA DAS CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS E SANITÁRIAS;</i>	37
2.5. <i>NÚCLEOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO;</i>	39
2.6. <i>INSTRUMENTAL DE AVALIAÇÃO</i>	40
CAPÍTULO III: A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PROSANEAR	45
3.1. <i>A PRÁTICA DO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS</i>	46
3.2. <i>O PAPEL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO PROSANEAR</i>	48
CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
ANEXOS	61

GLOSSÁRIO:

Adutora – tubulação da CEDAE que se estende pela rua principal do bairro e funciona como retaguarda para o abastecimento das áreas de favela.

Sub-adutora – tubulação que liga a adutora da CEDAE até às elevatórias.

Elevatória – cada de bombas: tem como função jogar água no reservatório que, em geral, localiza-se no lato do morro.

Linha de recalque – tubulação que leva água bombeada ao reservatório.

Linha de distribuição – tubulação que recebe água vindo do reservatório e distribui por gravidade para cada condomínio.

Ramal condominial – ligado à linha de distribuição, leva água às casas do condomínio.

1. Introdução:

Este trabalho pretende fazer uma reflexão sobre a experiência profissional de Assistentes Sociais no *Programa de Saneamento para População de Baixa Renda – PROSANEAR*, executado pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos / CEDAE, no período de 1995 – 1998, no Rio de Janeiro, buscando analisar a atuação do Serviço Social no desenvolvimento de políticas públicas de saneamento.

A escolha do tema ocorreu em função de minha experiência de trabalho, como apoio da equipe de planejamento da área social do Programa durante o período analisado, razão pela qual também decidi fazer a graduação em Serviço Social, estimulada pelo desempenho das profissionais com as quais pude dividir essa experiência.

O PROSANEAR-RJ, neste período, tinha como proposta a implantação de obras de saneamento básico (redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário), em áreas de baixa renda, com participação comunitária e foi financiado pela Caixa Econômica Federal – CEF, o Banco Mundial – BIRD e Governo do Estado do Rio de Janeiro, sendo gerido e executado pela CEDAE.

Elaborado como estratégia de participação, o Projeto de Participação Comunitária buscava o envolvimento da população, estabelecendo um canal institucional de representação através da eleição de Síndicos, da formação de um Conselho de Síndicos e de Comissões de Saneamento para garantir a preservação dos equipamentos implantados (redes de água e esgotamento sanitário, elevatórias, etc.), tendo como eixo de discussão os temas *Saúde/Meio Ambiente/Saneamento* articulados com os princípios da Educação Ambiental.

O PROSANEAR-RJ utilizava a metodologia condominial, sobre a qual falaremos mais detalhadamente no decorrer deste trabalho, como uma alternativa que, além de facilitar o desenvolvimento do Projeto de Participação Comunitária, visava garantir o atendimento da demanda por um serviço de qualidade, proporcionando um processo educativo permanente.

No primeiro capítulo deste trabalho, será apresentado um resumo sobre os aspectos históricos da formação urbana e das mudanças ocorridas na sociedade brasileira por ocasião do seu processo de industrialização para contextualizar a formação das favelas nos grandes centros urbanos e melhor compreender as áreas de abrangência do PROSANEAR-RJ.

Em seguida, o capítulo II traz um relato sobre o Programa e toda a sua estrutura de funcionamento, organograma, a constituição das equipes e as atribuições de cada função, as áreas beneficiadas, o material educativo que foi utilizado junto à população, a realização da

Pesquisa das Condições Sócio-econômicas da População nas áreas inauguradas e alguns aspectos de seu resultado, assim como a avaliação do Programa que foi realizada pela equipe técnica e alguns setores da população envolvida.

Por último, no capítulo III que, em sua primeira parte, apresenta uma reflexão sobre a prática do Serviço Social, segundo importantes autores da categoria, para posteriormente fazer algumas considerações em relação à atuação dos Assistentes Sociais no PROSANEAR-RJ, destacando-se aspectos positivos e negativos, a contribuição destes profissionais na implantação do Programa, a visão que eles têm, na atualidade, sobre o papel que desempenharam em relação ao trabalho desenvolvido naquela época e uma avaliação sobre a importância da atuação da categoria na condução das políticas públicas de saneamento voltadas para a população de baixa renda.

Para obter essas informações, foi adotado o método da entrevista com alguns profissionais, através da aplicação de questionário, cujo roteiro tentou resgatar os principais aspectos do trabalho social, visando o enriquecimento e diversidade de opiniões.

Aqueles que, por ventura, não puderam ser entrevistados pessoalmente, receberam o questionário por correspondência (via internet), podendo, da mesma forma, dar sua contribuição ao trabalho, sem prejuízo da qualidade das informações.

CAPÍTULO I:

Aspectos Históricos da Formação de Favelas no Rio de Janeiro

1.1. Início do processo de urbanização da cidade

Localizada em um sítio de planícies, recortada por barreiras montanhosas e cercada de mangues, a cidade do Rio de Janeiro teve o mar como seu horizonte de fundação e o marco inicial de sua urbanização na região do centro da cidade, desde suas origens no século XVI.

No século XIX, com a chegada da Corte Portuguesa, inicia-se a expansão urbana e até meados deste século os habitantes da cidade ocupavam o mesmo espaço, que denominamos atualmente como centro e zona portuária, forçando o convívio das diferentes classes sociais de uma sociedade que se caracterizava pelo regime escravocrata. Nas opiniões mais elitistas, essa mistura era considerada perigosa o que justificaria as ações de grande intervenção no sentido de limpar e organizar a cidade.

Com o aumento da população, novas áreas passam a ser ocupadas e são incorporadas ao tecido urbano, evidenciando um recorte sócio-espacial na medida em que esta ocupação ocorre segundo o poder aquisitivo e político de cada segmento social. Os bairros vão se formando de acordo com a constituição de diferentes grupos e classes sociais, demarcando o lugar de cada um no espaço urbano. Os trens e os bondes contribuíram para essa estruturação urbana, permitindo o acesso para diversas áreas da cidade. Os transportes reforçam a reprodução social de diferenciação das classes no uso do espaço urbano: *“os bondes influenciam a ocupação da zona sul e da região da Tijuca pela elite e a classe média e os trens vão atrair as indústrias e o proletariado para o subúrbio”* (ABREU, 1997).

Apesar dessa expansão geográfica inicial, ainda permanece grande concentração populacional no centro da cidade cuja forma mais habitual de moradia popular na época era o “cortiço” que estava associado ao trabalho da população mais pobre improvisado, insalubre e mal remunerado no comércio, na construção civil e nas atividades portuárias. O crescimento da cidade vai se tornando cada vez mais intenso com a forte imigração de portugueses e espanhóis que apostavam na prosperidade e a população de escravos libertos provenientes das lavouras do café que vinham em busca de oportunidades, já que o campo estava dominado por latifúndios e era mais difícil encontrar terra para viver. A população urbana duplicou entre 1870 e 1890, passando de 226 mil para 552 mil habitantes e é nesse período que ocorre maior ocupação da zona sul da cidade, em função da expansão imobiliária nessa área e, também, em decorrência da periculosidade e insalubridade da área central. (ABREU, 1997).

Os antigos casarões e sobrados do centro (Cidade Nova, Gamboa, Frei Caneca) foram sendo subdivididos e transformados em cortiços e casas de cômodos, proporcionando aos seus

proprietários – que fugiam daquela área – uma grande fonte de renda com o aluguel de habitações para a população pobre sobrevivia do trabalho precário no centro da cidade. Nesse contexto, a população urbana sofria com muitas epidemias – principalmente a febre amarela – que apareciam com bastante frequência. O agravamento dessas epidemias vai ocorrer com um novo impulso de crescimento populacional provocado pela Abolição da Escravatura (1888) e o advento da República (1889), época em que a cidade encontrava-se em péssimas condições sanitárias. Essa situação inibia os investimentos estrangeiros, dificultando a modernização da cidade que, na qualidade de capital do país, aspirava à “civilização”. É no século XIX que a cidade começa a se transformar radicalmente, apresentando verdadeiramente uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais. (ABREU, 1997:35).

O discurso do saneamento e embelezamento da capital do Brasil tomou conta do pensamento da elite dominante e era preciso modificar a imagem do passado colonial e escravista com medidas radicais e enérgicas para a transformação. Foi dessa forma que se iniciou uma política higienista e autoritária que destruiu todas as construções consideradas insalubres e perigosas, além do tombamento de morros e aterro de mangues e lagoas que margeavam a cidade: a era do *bota-abaixo*, que assim ficou conhecida pela ação da Prefeitura, de destruir todas as construções consideradas insalubres e perigosas. A transformação foi feita sob a égide de promover “higiene e salubridade”, mas tratava-se, primordialmente, de uma questão de “higiene espacial”, pois era necessário retirar as moradias pobres dos locais mais visíveis e em processo de valorização.

Nessa perspectiva, a cidade foi sendo criada sob a ótica da *ordem e progresso*, através de ações que impuseram distinções e separações dos usos e das classes sociais no espaço urbano. Os velhos casarões, botecos, quitandas, açougues, e tudo mais que constituía um caráter popular – no sentido de representação do povo – foi extinto da área central da cidade para dar lugar ao que se considerava “civilizado”, como as empresas, comércio, lojas elitizadas e instituições do Estado que passaram a ocupar ruas largas e longas, mudando totalmente a paisagem do centro da cidade. Essa mudança ficou conhecida como a “Reforma Pereira Passos” por ter sido realizada na gestão do prefeito Pereira Passos que foi nomeado em 1902, pelo presidente da República Washington Luiz. Esses acontecimentos marcavam a transição do regime escravocrata para o modo de produção capitalista, na passagem de um regime do “trabalho livre”, o que exigia condições de salubridade e disciplina social para o ingresso nas fábricas e manufaturas que surgiam no espaço urbano carioca. Nessa transição, o papel do Estado foi fundamental na intervenção direta da reforma urbana e no incentivo ao crescimento das unidades do capital.

Segundo ABREU (1988:67), “o período Passos representou para a cidade do Rio de Janeiro a superação efetiva da forma e das contradições da cidade colonial escravista, e o início de sua transformação em espaço adequado às exigências do Modo de Produção Capitalista”. A partir deste período, considerado revolucionador da urbanização, a cidade assume nova fisionomia que é totalmente coerente com as determinações econômicas e ideológicas das forças dominantes daquele momento.

Mas mudar a paisagem da cidade não era suficiente, era necessário também efetuar uma mudança na forma de vida da população pobre para que prevalecessem os costumes europeus, tomados como padrão de “civilização”, pois se acreditava que as doenças que infestavam a capital eram provenientes dos hábitos e costumes desse setor da população pobre, de origem negra na sua maioria. Esses discursos não colocavam em questão as condições de vida desses segmentos sociais que constituíam a maioria da população urbana carioca, eles eram simplesmente desprovidos de qualquer direito, seja à educação, saúde, moradia, trabalho, voto, lazer, etc. Não se tratava simplesmente de transformar o ambiente construído, mas havia a intenção também de “europeizar” a raça e o comportamento dos habitantes do Rio de Janeiro.

1.2. A Favela surge como alternativa habitacional

Com a destruição das moradias populares no centro, restou como alternativa aos trabalhadores pobres viver nos subúrbios e arcar com a despesa dos transportes ou ocupar as áreas que ainda não haviam sido alvo da especulação imobiliária e da propriedade privada: as encostas dos morros próximos ao centro da cidade. Foi assim que surgiram as primeiras favelas na paisagem da cidade do Rio de Janeiro, como recurso para grande parte da população pobre, que também não tinha emprego fixo e era marginalizada pela condição racial e cultural. Antes da reforma urbana já existiam favelas, mas ainda não era uma forma de habitação popular tão expressiva como eram os cortiços e, apesar de grandes investimentos terem sido realizados pela reforma (1902-1906), o Estado não investiu na construção de habitações populares, restando apenas alguma iniciativa do setor privado que construiu vilas operárias nas proximidades de algumas fábricas.

As condições de vida da população que vivia nas favelas eram piores e talvez mais insalubres que os cortiços, sem nenhuma infra-estrutura de serviços como abastecimento de água e esgotamento sanitário, luz e outras garantias.

Os registros das primeiras ocupações das encostas e morros da cidade datam de 1865 e 1881, mas convencionou-se na literatura da cidade que a primeira favela carioca foi o morro da Providência, localizada atrás da Central do Brasil, na década de 1890. Este morro foi habitado, inicialmente, por moradores que foram removidos do cortiço Cabeça-de-Porco, e depois foi ocupado também por soldados que vinham da Guerra de Canudos, no sertão baiano, e que denominaram o local de *“Morro da Favella”*. Esse nome se generalizou para todas as habitações situadas nas encostas e morros da cidade já com uma conotação preconceituosa que permanece até os dias atuais. Das favelas surgidas na cidade, a Providência foi a que abriu caminho ao habitante trabalhador que se via forçado a improvisar uma nova moradia. Já naquela época, *favela* era sinônimo de desordem, de doença e insalubridade, de marginalização. Em 1902 a imprensa já identificava o Morro da Providência como *“vergonha para a capital civilizada”* ou como, *“perigoso sítio que a voz popular denominou como morro da Favela”*. (ABREU, 1994:39).

“Abrigo da marginalidade urbana, mas também residência do trabalhador honesto; ‘chaga’ da cidade, mas igualmente ‘berço do samba’; solução urbanística desprezada e, ao mesmo tempo, elogiada; as imagens da favela impuseram-se no decorrer do século XX e já se incorporaram ao imaginário coletivo da cidade”. (ABREU, 1994:34).

A partir da década de 1910, aproximadamente, as favelas começam a se espalhar pela cidade, ao redor dos bairros de classe média e alta como Tijuca e zona sul. Com o estabelecimento das indústrias na periferia da cidade, outras favelas surgem nos bairros do subúrbio, acompanhando o crescimento industrial. Apesar de o crescimento populacional ter se expandido para os subúrbios naquele momento, não houve por parte do Estado ou das concessionárias de serviços públicos nenhum apoio ou investimento de infra-estrutura, deixando essa população à margem de qualquer benefício urbano.

Para entender melhor esse processo, é preciso compreender que, nas primeiras décadas do século XX, as políticas públicas estavam voltadas para a modernização do espaço urbano no sentido de melhorar a cidade para atrair o capital estrangeiro. Para tanto, era necessário adequar a cidade aos padrões das cidades européias e a população pobre só se tornava foco dos interesses dominantes quando ocupava os locais destinados à modernização.

O processo de favelização vai se tornar mais intenso por volta de 1920, estimulado pelo crescimento da população – expansão demográfica – e pela falta de uma política habitacional voltada para as classes populares. A década de 20 pode ser considerada como um período importante na afirmação das favelas como parte do cenário da cidade e desde então elas só se multiplicaram e se adensaram em diferentes locais da cidade.

Com o surgimento do Código de Obras, em 1938, há uma tentativa de coibir o assentamento de famílias em áreas sem condições mínimas de infra-estrutura. Este Código é tido como o primeiro reconhecimento legal da existência das favelas. O presidente Getúlio Vargas estabeleceu a marginalização das favelas no espaço urbano, considerando as construções ilegais e afirmando que não poderiam fazer parte dos mapas oficiais da cidade. Propôs que as favelas fossem eliminadas, proibindo a construção de novas moradias e não permitiu que melhorias fossem realizadas naquelas já existentes.

No final da década de 1940, 43% da população favelada se concentrava em área suburbana, sendo que essa população era empregada pela indústria principalmente, pela construção civil e serviços domésticos. (ABREU, 1988). Mesmo não sendo reconhecidas pelos órgãos públicos, as favelas passam a ser objetos de estudos pelo poder local na condição de *problema que precisava ser eliminado* e, assim sendo, os moradores começam a ser cadastrados para que possam ser reassentados posteriormente em parques proletários, que seriam construídos pelo Governo. Em função dessa política, algumas favelas da zona sul foram removidas para a periferia da cidade, liberando essas áreas mais valorizadas para a especulação imobiliária.

Com o desenvolvimento da industrialização, que teve sua maior concentração na região sudeste do país, o fenômeno das migrações regionais ganha força e a população nordestina começa a procurar trabalho nas grandes cidades, como Rio e São Paulo, constituindo a mão-de-obra das indústrias e construção civil. É na década de 50 que vai ocorrer um processo de adensamento das favelas que, em geral, localizavam-se em áreas de difícil acesso e densamente povoadas, e passam a constituir uma alternativa de sobrevivência da classe trabalhadora, estabelecendo uma relação direta com a concentração de renda e espacial promovida pelo fenômeno da industrialização. As indústrias se multiplicam na cidade, sem contar com qualquer apoio do Estado, e começam a se expandir, principalmente em direção aos subúrbios, criando novas áreas, dotando-as de infra-estrutura e gerando empregos. Estes, por sua vez, atraem mão-de-obra numerosa, que tanto se instala nos subúrbios, como também originam as novas favelas situadas próximas às áreas industriais. (ABREU, 1997:72).

Nas décadas de 50 e 60, ocorre uma grande expansão e criação de novas favelas por consequência do êxodo rural, marcado fundamentalmente por população nordestina que vinha em busca de trabalho e melhores condições de vida no sudeste. Essas migrações regionais serão responsáveis também pelo aumento populacional dos subúrbios e periferia urbana, sobretudo a Baixada Fluminense, expandindo os loteamentos irregulares e precários de serviços.

A primeira fase da industrialização do Brasil se estenderá até os anos 50, sendo marcada essencialmente por uma indústria de substituição de importações, produzindo aqui os bens de consumo imediato, criando as condições necessárias para um rápido processo de acumulação capitalista. A intensificação da industrialização vai modelando um processo de desenvolvimento urbano caracterizado pela segregação social em grande escala, restando à classe trabalhadora a solução de viver em “aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura urbana, onde passa a residir quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica”. (Kowarick, 1993:35).

O final da década de 60 e início dos anos 70 – em plena época da Ditadura Militar – foram acentuados pelo fenômeno denominado “milagre brasileiro”, em função das altas taxas de crescimento econômico do país. Com isso, foram realizadas grandes obras públicas com capital internacional, intensificando dessa forma a dívida externa. Porém, essas obras não contemplaram as demandas reais da população e em geral atendiam aos interesses políticos e econômicos das forças dominantes, priorizando a instalação de grandes unidades de produção em conformidade com o modelo econômico que visava o crescimento e desenvolvimento do país a qualquer preço. Esse crescimento desenfreado vai desencadear um processo de urbanização acelerado dos grandes centros e, conseqüentemente, no aumento dos problemas sociais de uma maneira geral.

Nesse período, as áreas de baixa renda sofrem com o fantasma da remoção, tendo em vista a “desfavelização” da zona sul que se tornou um forte alvo de políticos e construtoras em função da especulação imobiliária e também havia o interesse de transferir o problema para outras áreas mais distantes. Foram removidas as favelas da Catacumba (1970) e da Praia do Pinto (1968), localizadas na Lagoa Rodrigo de Freitas, uma área nobre da cidade com terrenos bem valorizados.

Em 1968, foi criado pelo Governo Federal um órgão específico com o objetivo de remover todas as favelas da cidade num prazo de dez anos, a chamada Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio – CHISAM. Até 1975, foram destruídas 100 favelas e mais de 150 mil pessoas foram removidas. Com essa política de remoção, foram construídos conjuntos habitacionais (Vila Kennedy e Cidade de Deus) para o reassentamento da população que, ao longo dos anos, se expandiram e transformaram-se em áreas bastante deterioradas e desprovidas de equipamentos urbanos.

1.3. Sem planejamento e infra-estrutura “a favela é um problema social”¹.

¹ Fazendo referência à música do cantor e compositor Seu Jorge, intitulada “*Eu sou Favela*”.

Ainda na década de 70, a partir da crise econômica internacional que coloca em cheque o “milagre brasileiro”, temos um cenário em que o desemprego e a inflação voltam a crescer com a queda dos níveis de crescimento da economia do país. As denúncias de tortura e morte de presos políticos, juntamente com os atentados promovidos pela extrema direita – ocasionando a morte de pessoas inocentes – evidenciam a falta de comando do Governo e o fracasso do Golpe de 1964. O regime militar vai se tornando cada vez mais intolerável e a pressão dos movimentos sociais no final da década de 70, aliados aos políticos de oposição, vão deflagrar o processo de abertura democrática, de forma lenta e gradual.

Com a intensificação dos movimentos sociais na década de 80, as reivindicações (saneamento básico, luz, transportes, escolas, posto de saúde, etc.) por melhores condições de vida das populações residentes em áreas de baixa renda, através da revitalização das Associações de Moradores e federações representativas, começam a fazer parte de plataformas de partidos políticos, assim como a garantia dos direitos sociais, políticos e civis preconizados pela reforma constitucional da Nova Carta promulgada em outubro de 1988, que foi o ponto máximo da luta dos movimentos sociais pelo restabelecimento da democracia no país, depois da derrota do movimento nacional pelas eleições diretas (“*Diretas Já!*”) para a Presidência da República (1984) que só iria ocorrer anos mais tarde (1989).

Quando então passa a vigorar a Constituição de 1988, o fantasma da remoção é totalmente afastado e a urbanização passa a ser encarada pelas três esferas do Poder Público como política pública importante a ser implementada. Resultado das articulações progressistas dos movimentos sociais da década de 80, garantindo na Constituição Federal de 1988 novos conceitos de cidade e moradia, somente em 1992, com o Plano Diretor Decenal da cidade do Rio de Janeiro, é que surgiram propostas de oficialização das favelas como espaço urbano, que em seu Artigo 44 defende a “*não remoção das favelas e a inserção das favelas e loteamentos irregulares no planejamento da Cidade com vista à sua transformação em bairros ou integração com os bairros em que se situam*”.

Neste documento, inclusive, o artigo 147 traz a definição de favela como:

“Área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais”.

Quase 100 anos depois, a favela passa a fazer parte do planejamento da cidade, sendo reconhecida pelos órgãos públicos que passam a investir mais em melhorias nessas áreas, a exemplo do Programa Favela Bairro, da Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura do

Rio de Janeiro, mas sem consolidar a urbanização de fato, de modo a agregar a favela ao bairro.

A necessidade de proximidade da moradia com o local de trabalho, leva à opção imediata pela favela/periferia, que são as únicas opções para a classe trabalhadora na ausência de políticas públicas de habitação. A diferença entre uma opção e outra reside no fato de “morar perto do local do emprego” – pois o transporte coletivo de massa é precário – que no caso é a favela, ou morar distante e obter um melhor padrão de habitação, mas enfrentar as dificuldades de transporte. As duas alternativas têm ônus para a população.

Este processo vai redesenhando o espaço urbano, ocupando-o desordenadamente e sem planejamento, o que ocasiona uma degradação da qualidade de vida. A situação agrava-se com a ausência de saneamento básico e dos equipamentos urbanos, transformando a periferia em cidades dormitórios, onde os trabalhadores vivem o desafio de superar o baixo nível das condições sócio-econômicas a que foram submetidos.

A urbanização sem planejamento, caótica e rápida, criou grandes aglomerados em pequenas áreas, sem nenhuma infra-estrutura de equipamentos e serviços, determinando situações absurdas nestas áreas como a de terem água encanada fluindo nos seus próprios esgotos. As transformações urbanas verificadas no transcorrer do processo histórico determinaram a formação das cidades brasileiras. O processo de acumulação do capital determinou um tipo de organização espacial que retrata como estão estabelecidas as relações de produção, as suas contradições sociais e suas classes antagônicas. A questão urbana não pode ser concebida sem ser identificado o processo de urbanização que determinou a formação atual da estrutura social. Se não forem analisadas como se dão as relações sociais de produção, fatalmente, não será compreendida a razão de sua distribuição espacial, de sua concentração em determinados locais, suas distorções, suas peculiaridades. O processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro, levando em conta sua inserção no cenário nacional, se constituiu expressando as contradições sociais.

As condições de desigualdade social determinaram que parcelas significativas da população se organizassem de diversas maneiras. A conformação das favelas é uma delas. Diante da falta de opção de moradia, vivendo com salários muito baixos, muitas vezes subempregados ou desempregados, os moradores dessas áreas não têm sequer alternativa que não as condições precárias de sobrevivência a que estão submetidos nas favelas.

A carência dos serviços de infra-estrutura urbana para as populações de baixa renda levou-os a resolver de forma paliativa e individualizada seus problemas de saneamento básico, construindo suas próprias redes de abastecimento de água e esgoto, e obtendo com

isto um serviço precário e irregular. Nas comunidades onde o abastecimento é parcial, verifica-se a sangria das redes por aqueles moradores não atendidos pelo sistema regular. Isto ocasiona escassez de água e a conseqüente disputa por sua obtenção, redundando em prejuízo geral com o desequilíbrio no sistema, gerando um “ciclo vicioso” da água.

Outro fator importante que convém ser mencionado, por ser determinante no aumento da pobreza, foram as profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho, iniciadas entre as décadas de 70 e 80, juntamente com a política neoliberal que se espalhou pelo mundo na nova ordem do capital para o enfrentamento da crise econômica mundial, e que no Brasil só começa a ser implementada a partir da década de 90, com a eleição do presidente Fernando Collor de Melo.

De acordo com Göran (1998), o neoliberalismo deve ser compreendido como um conjunto de medidas econômicas e programas políticos que foram iniciados na década de 70, inspirados nas obras de Milton Friedman, cujas idéias remontam a Hayek, e que tem como expressão máxima uma mudança radical nas relações institucionais entre Estado e Mercado, sendo que este assume o papel supremo de regulador de todas as relações. Ainda sob a análise de Göran (1998), destaca-se a Inglaterra, pioneira na adoção do neoliberalismo na década de 70, em sua versão mais autêntica, influenciando os demais países de capitalismo avançado, representada pela Primeira Ministra Margareth Thatcher.

Segundo Sodré (1995), com a política neoliberal ocorre uma forte redução do papel do Estado como gestor político e gestor econômico, prevalecendo a supremacia do mercado que implica na redução dos gastos sociais, estagnando o desenvolvimento das políticas públicas de um modo geral. A política neoliberal preconizou mudanças substantivas no modo de produção do capital e nas relações de trabalho em favor da acumulação flexível, como resposta ao suposto esgotamento do modelo fordista-taylorista (produção em massa e política do pleno emprego), o chamado Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*). Em breve período de tempo, assistimos a um avanço tecnológico significativo com o desenvolvimento da automação, da robótica e a microeletrônica substituindo a força de trabalho no espaço fabril.

A chamada reestruturação produtiva vai atingir, em grande escala, a vida do trabalhador, provocando o desemprego estrutural e a perda de direitos sociais conquistados ao longo de muitos anos de luta e organização da classe trabalhadora. A estrutura verticalizada de produção é substituída por uma estrutura mais enxuta, mais flexível e capaz de responder às mudanças e às novas exigências do “mercado”.

As relações de trabalho passam a ser regidas por contratos temporários, em condições precárias, prevalecendo a subcontratação e a terceirização, ao mesmo tempo em que se exige do trabalhador polivalência, qualificação, criatividade, flexibilidade, ou seja, um trabalhador particular que incorpore as forças do trabalhador coletivo.

Nos países do terceiro mundo, como o Brasil, essa situação provocou o crescimento do trabalho informal e um aumento considerável da população desempregada ou subempregada, tendo como consequência o acirramento da miséria e violência e, cada vez mais, a concentração de população em áreas de baixa renda. Por outro lado, a falta de investimentos em políticas públicas para a habitação deixou sem alternativas as camadas mais empobrecidas da população, aumentando de forma acelerada as ocupações irregulares em áreas urbanas, intensificando o processo de favelização.

Esse processo se intensifica com a entrada do Governo Collor e a vitória do neoliberalismo, quando teve início o desmantelamento do aparelho de Estado, ou seja, a redução dos gastos públicos, através de uma “Reforma Administrativa” que se caracterizou, inicialmente, por promover a privatização de grandes estatais, provocando apenas a “demissão ou aposentadoria compulsória de milhares de funcionários públicos” (SODRÉ, p.41). Em lugar de promover a reforma necessária para consolidar as conquistas dos movimentos sociais urbanos, consolidadas na Constituição Federal de 1988 que acabara de ser promulgada, a chamada “*Constituição Cidadã*”, na mais pura acepção de cidadania pelo seu caráter democrático e participativo (garantia dos direitos sociais, políticos e civis), o que vai ocorrer na realidade é uma contra-reforma – porque vem na contramão das idéias e conceitos formulados na Nova Carta Constitucional – instituída através de “medidas provisórias” e “emendas constitucionais” para viabilizar a política neoliberal.

Na sequência dos acontecimentos históricos, a “vitória” do neoliberalismo na figura do Presidente Collor, terminaria em seu próprio *impeachment* por consequência dos escândalos de corrupção, improbidade administrativa, apropriação indevida de “muito” dinheiro público, etc. A consolidação da política neoliberal “em curso” vai ocorrer na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, eleito em 1994 e reeleito em 1998.

CAPÍTULO II:
Programa de Saneamento Básico para População de Baixa Renda-
PROSANEAR-RJ

2.1. O PROSANEAR e as equipes responsáveis pelo desenvolvimento de suas etapas

Em 1988 foi lançado, pelo Governo Federal, através da Caixa Econômica Federal – CEF, em conjunto com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, um Programa Piloto denominado PROSANEAR – Programa de Saneamento Básico para População de Baixa Renda, objetivando estender os Serviços de Saneamento Básico às populações urbanas de baixa renda assentadas em condições precárias. Foram utilizados sistemas alternativos de baixo custo e metodologias no Programa, que viabilizassem um maior e melhor atendimento da demanda, contando com a participação da comunidade, visando não só o conceito de sustentabilidade ambiental como também a recuperação de custos, pois na medida em que são realizadas sangrias nas redes de abastecimento, o morador não paga pelo uso da água tratada.

Na cidade do Rio de Janeiro, o PROSANEAR sedimentou seu trabalho, baseando-se na Metodologia Condominial, que fortaleceu suas ações desde a sua efetiva implantação em 1993. Do ponto de vista operacional, o modelo condominial facilitou a implantação do *Projeto de Participação Comunitária* que se desenhou ao longo do processo, acompanhado das diversas mudanças institucionais, político-financeiras e de gerenciamento. A participação comunitária e a implantação de atividades educativas e culturais tiveram grande relevância e papel fundamental para o resultado positivo das obras de saneamento, propiciando à população maior compreensão do ambiente em que vive e orientando-a para o uso adequado da infra-estrutura de saneamento e para a efetiva luta pelos seus direitos de cidadania.

Ao buscar soluções para os problemas do abastecimento de água e do esgotamento sanitário, o Governo do Estado do Rio de Janeiro optou por um modelo de engenharia Condominial, que reorganizava a configuração da favela procurando alternativas não só no plano tecnológico, mas propondo uma nova relação institucional no trato da questão do saneamento.

Tendo a Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, como órgão executor, o PROSANEAR-RJ abrangeu 53 Comunidades dos municípios do Rio de Janeiro e Niterói, visando à implantação e melhoria de serviços de abastecimento regular de água potável e esgotamento sanitário. Durante o período analisado (1995-1998), foram concluídas e inauguradas pelo então Governador Marcello Alencar apenas as obras da primeira fase dos empreendimentos que foram as comunidades do Morro do Estado (Niterói), Morro do Arroz/

Chácara (Niterói) Morro do Campinho (Madureira), Morro do Tirol (Jacarepaguá), Morro União (Coelho Neto), Morro do Juramento (Vicente de Carvalho), Morro da Providência/Pedra Lisa (Central/Leopoldina) e Complexo do Urubu (Pilares). **(ver Anexo A).**

Dados Gerais do Programa*

Empreendimentos	37
Comunidades	53
População beneficiada	540.474
Valor do Programa	Cerca de R\$ 91 milhões
Redes de Água	740 mil metros
Redes de Esgoto	580 mil metros
Redes de Recalque	18 mil metros
Total de Reservatórios	48
Total de Condomínios	4.894
Número de domicílios por condomínios	30 a 40 casas
Conselho de Síndicos (previsão)	163
Comissão de Saneamento (previsão)	53
Termo de Adesão	4.894 termos

* Fonte: Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – SOSP/1995

O Programa foi estruturado a partir de três coordenações distintas, porém totalmente integradas no que se refere ao desenvolvimento do trabalho: Coordenação de Obras (Equipe Técnica de Engenharia), Coordenação de Projetos (Equipe Técnica de Arquitetos) e Coordenação Social (Assessoria de Planejamento, Coordenadores de Área, Supervisores de Área e Mobilizadores sociais). É importante ressaltar que os cargos de Coordenadores de Área, Mobilizadores e alguns Supervisores eram ocupados por pessoas indicadas politicamente, que faziam parte da militância do partido que havia ganhado as eleições para Governador, o Partido da Social Democracia – PSDB.

A equipe de Supervisores de Áreas era dividida em dois segmentos: um que orientava o trabalho dos mobilizadores, responsáveis pela formação dos condomínios, cadastramento da população e aplicação da pesquisa das condições sócio-econômicas, e o outro segmento constituído por Supervisores de Área, responsáveis pelo trabalho de Educação Sanitária e Ambiental que era realizado com os Conselhos de Síndicos, Subsíndicos e Comissões de Saneamento. Nas distintas instâncias da estrutura da Área Social, foram contratadas Assistentes Sociais, fazendo parte da Assessoria de Planejamento do Coordenador Social do Programa, da Supervisão de Área do segmento de mobilização, e da Supervisão de Área do segmento da Educação Ambiental.

Inicialmente, as três coordenações do Programa estavam subordinadas à Diretoria de Obras da CEDAE e, com exceção da Coordenação Social², esses cargos foram ocupados por técnicos oriundos da Prefeitura, a convite do Coordenador Social, no início da gestão (1995)³.

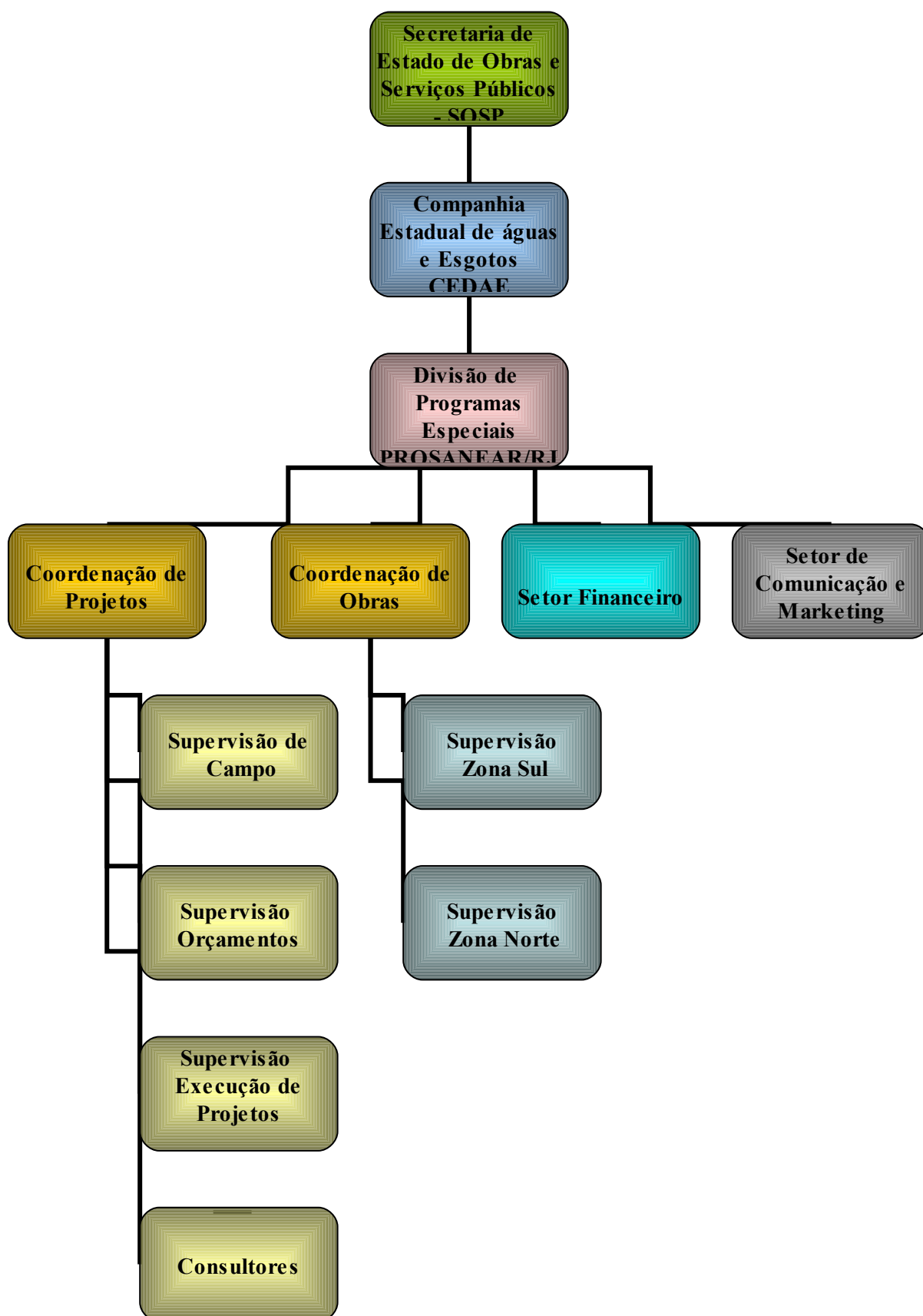
Também faziam parte da estrutura do Programa um setor de fiscalização das obras, constituído por um Engenheiro e um Arquiteto da CEDAE, um setor de Comunicação e Marketing e um setor Financeiro. Basicamente, o Programa era constituído pela Área Social e Área Técnica nas quais se concentravam as equipes fundamentais para o desenvolvimento do trabalho e os demais setores se constituíam como apoio. A Área Técnica era formada por uma Coordenação de Projetos e outra de Obras, com profissionais da área de Arquitetura e Engenharia na função de Supervisores, de acordo com a hierarquia instituída em cada equipe. Cada Coordenação se constituía por equipes distintas que interagiam no campo, juntamente com as equipes da Área Social, desencadeando as ações conforme as suas responsabilidades e atribuições, seguindo as diretrizes da metodologia condominial.

Para um melhor entendimento do funcionamento do Programa será demonstrado em seguida, um primeiro organograma com informações da Área Técnica, constituída por Engenheiros e Arquitetos, e posteriormente a este, será apresentado um segundo organograma com as equipes da Área Social, que é o principal objeto de estudo deste trabalho, constituída por Assistentes Sociais, Psicólogos, Sociólogos e pessoas moradoras em áreas de baixa renda, lideranças comunitárias ou não, militantes do partido político (PSDB) responsável pela gestão do governo do Estado na época.

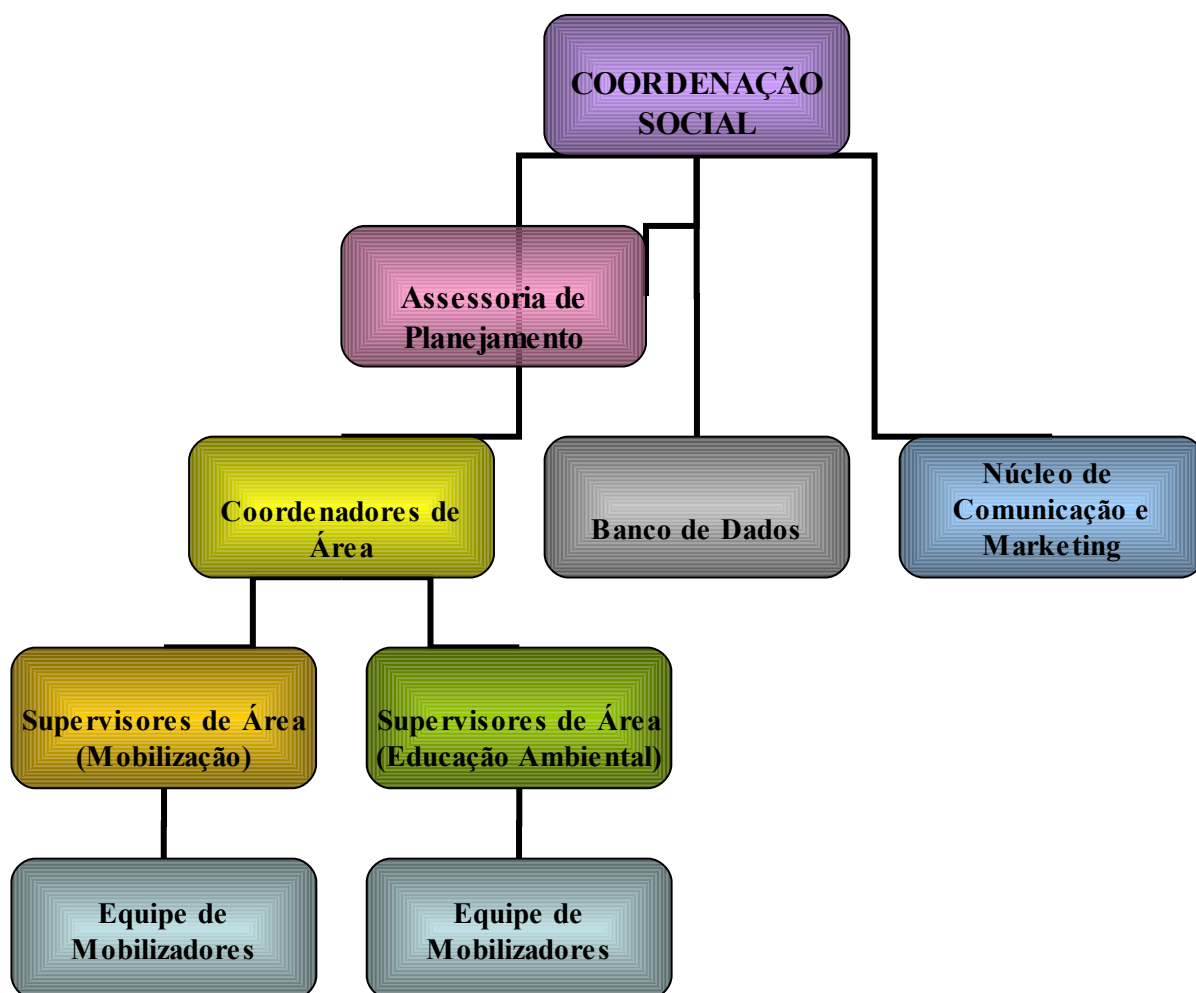
² A Coordenação Social sempre foi preenchida por indicação política, sendo ocupada por três integrantes, durante um breve tempo do período analisado, e posteriormente apenas um profissional respondia pelo cargo.

³ O responsável pela área social já tinha ocupado o cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Social na Prefeitura e conhecia o trabalho da equipe em áreas de baixa renda, razão pela qual realizou o convite aos técnicos (arquitetos, Engenheiros e Assistentes Sociais) daquela instituição.

Organograma da Área Técnica



Organograma da Área Social



2.2. Metodologia Condominial: uma adequação sócio-territorial.

Mais que uma técnica adequada para solucionar a questão sanitária no Brasil, o Sistema Condominial foi criado em 1980, pelo Engenheiro Civil José Carlos Melo, formado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 1965. A preocupação do engenheiro em proporcionar uma melhor condição de vida à população, fez com que ele se dedicasse, a partir de 1980, quase que exclusivamente a atividades da engenharia social, nos setores do saneamento e do desenvolvimento urbano. Dada a sua importância, o Sistema Condominial foi conquistando espaço no Brasil, sendo utilizado em outros locais, além do Rio de Janeiro, como Brasília, Pernambuco, entre outros. A proposta de José Carlos, com o Sistema Condominial, pretendia organizar a população, independente da classe social a que pertença, para que ela se desenvolva, dando o primeiro passo na busca de melhor qualidade de vida.

Na década de 90, com a demanda pelo Sistema cada vez maior, José Carlos criou a empresa Condominium – Empreendimentos Ambientais Ltda. A partir deste período, além dos contratos com os órgãos públicos, também começaram a ser fechados outros, com grandes empresas da iniciativa privada, como a Norberto Odebrecht, entre outras.

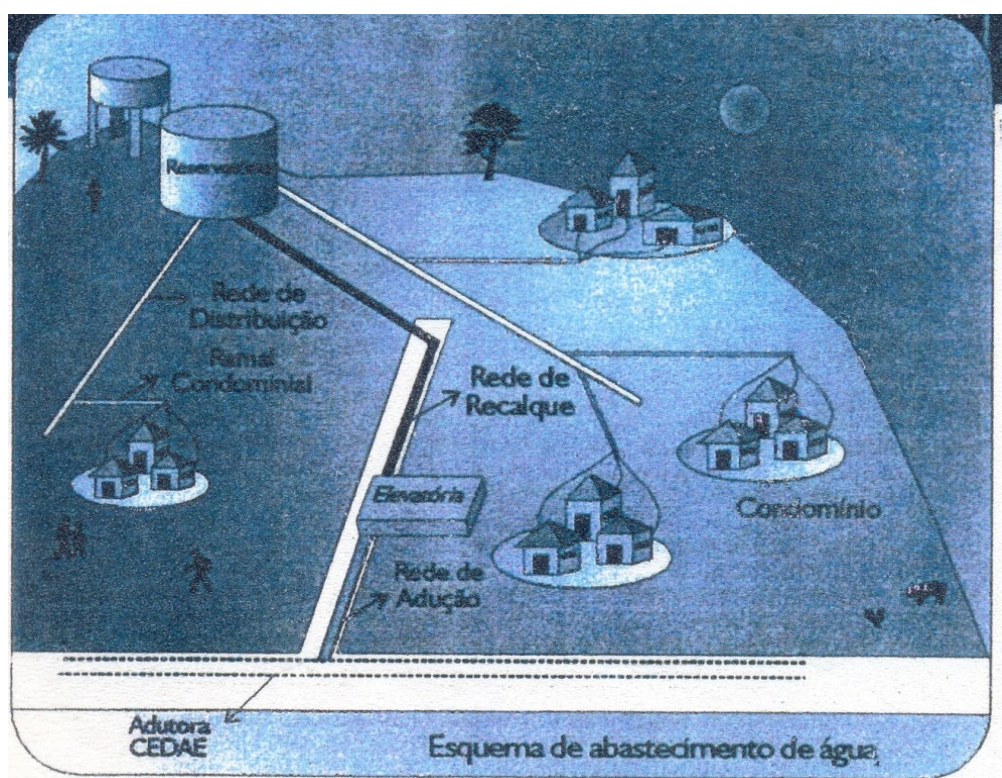
O chamado “ciclo vicioso” da água ocorre nos locais onde o abastecimento de água é parcial e a solução encontrada pela população, que vive sem acesso ao sistema público de abastecimento, é a sangria⁴ da rede oficial existente no bairro e proximidades, tendo como consequência o desequilíbrio no sistema, o não pagamento das tarifas na medida em que o morador não está cadastrado e, por fim, não exerce o direito de pleitear a implantação e manutenção do sistema público.

O objetivo do método condominial é a ampliação da abrangência e do melhor atendimento, pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, para todas as residências. A escolha do modelo condominial, para a abordagem das favelas do Rio de Janeiro, surgiu da constatação da insuficiência da mera execução de obras na solução dos problemas e da necessidade de estabelecer uma nova relação entre o poder público e as comunidades de baixa renda, no trato da questão do saneamento. O modelo condominial, desenvolvido em experiências anteriores por técnicos da área em outros estados brasileiros, passou por alguns ajustamentos para sua melhor adequação às condições da realidade física e social do Rio de Janeiro. **(Anexo B)**

⁴ Sangria é a denominação utilizada para designar as conexões domiciliares que são feitas pela própria população, sem autorização dos órgãos competentes, com os seguintes procedimentos: sangrar a rede pública e instalar uma bomba particular; sangrar a linha de recalque em pontos cada vez mais baixos e estender tubulação direta ao domicílio e sangrar a tubulação vizinha que aparenta ter maior quantidade de água.

Tal como descrevemos no primeiro capítulo desta monografia, as favelas do Rio de Janeiro constituem alternativas habitacionais para população de baixa renda fora de qualquer possibilidade de acesso à moradia via mercado e na ausência de políticas públicas dirigidas a esse segmento da sociedade. Em função da alta densidade de ocupação, acentuada pela total irregularidade topográfica, as favelas transformam-se em um grande amontoado de casas, onde fica difícil perceber uma estrutura viária ou se projetar uma urbanização. O condomínio, nessas áreas, passava a ser uma unidade sócio-territorial que aglomerava vizinhos situados dentro de perímetros menores, constituídos por ruas, becos ou vielas⁵. (**Anexo C**)

A ilustração apresentada, em seguida, reproduz de maneira simplificada a organização condominial e sua articulação com a rede de água e esgoto.



A proposta consistia em que os condomínios passassem a ser as unidades estratégicas de atendimento: na produção de uma solução física (os ramais) que atendessem a extrema complexidade e a densidade local, e na organização dos usuários para a compreensão do seu papel no novo pacto com a CEDAE. A organização condominial guarda certa semelhança com aquela utilizada em prédios de apartamentos em áreas urbanas bem estruturadas do ponto de vista urbanístico, seja pela forma assumida quanto aos processos de informação e decisão,

⁵ Definição de **Condomínio** para o programa: Grupo de Moradores que possui proximidade de moradia, relação de vizinhança e utiliza um mesmo ramal condominial para a rede de abastecimento de água potável e coleta de esgoto sanitário. Para a formação do condomínio, com eleição de síndico e subsíndico, era exigida a representação, na reunião, de no mínimo 50% + 01 do total das edificações existentes.

seja quanto aos dispositivos e instalações hidráulicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário⁶. O desafio que se coloca é pensar na adaptação de espaços de habitação onde existe uma profunda desorganização da vida associativa e política entre os moradores, decorrente dos níveis de violência e de vulnerabilidade que atingem, particularmente, estas áreas da cidade. Como expressa Ribeiro, “torna-se cada vez mais problemático o surgimento de ações coletivas que possam compensar a perda de renda e o relativo abandono pelo poder público” (Ribeiro, 2004: 44).

Quanto aos aspectos tecnológicos, o modelo condominial adotou a divisão do morro em zonas de pressão (**Anexo D**) para a distribuição de água, que colocada dentro dos limites convencionais não se constitui numa novidade na elaboração de projetos para morros. Porém, naquela situação, cumpria não só a finalidade de proteção contra altas pressões, mas principalmente de contribuir para a equitativa distribuição de água, através da uniformização das pressões. O trabalho da Engenharia estava direcionado para uniformizar a distribuição de água no morro de maneira a prestar um serviço mais equitativo entre os moradores.

Para o rompimento do ciclo vicioso – identificado como o âmago do problema – foi necessário que fossem assumidas novas posturas pela população e pela instituição. No que diz respeito à população, as exigências de mudança para solucionar o problema se resumiam em:

- Fiscalizar o volume de água que entra na favela, de modo a garantir o cumprimento do pacto feito com a instituição;
- Manter intocáveis as instalações e tubulações dos sistemas de água externos ao condomínio;
- Pagar regularmente as contas de água e esgoto;
- Acompanhar a administração local dos serviços.

⁶ Regras do Condomínio:

1º - Serão acatadas as decisões da maioria;

2º - Os moradores deverão aceitar a divisão de responsabilidades entre os usuários e a CEDAE;

3º - Os moradores fazem a manutenção dos ramais condominiais e a CEDAE se responsabiliza pelo sistema externo aos condomínios;

4º - Cada prédio/edificação do condomínio receberá um ponto para as ligações de água e de esgoto, em local adequado.

2.3. Uma proposta de Participação Comunitária

Como sustenta Pereira (2001) “não há uma concepção única acerca do trabalho comunitário. Por consequência não há consenso sobre seus conteúdos, alcances e finalidade e evidentemente sobre as estratégias metodológicas para sua realização” (Pereira, 2001: 154). Neste momento do nosso trabalho, tentarei expor, da forma mais “fiel” possível, a proposta de participação comunitária que a equipe de técnicos do PROSANEAR desenvolveu no Rio de Janeiro.

A proposta de se executar obras de saneamento básico com participação comunitária tinha por objetivo contribuir para a reflexão acerca das questões relativas ao Meio Ambiente, Saúde e Saneamento, bem como o fortalecimento do processo de organização e participação da população, na luta por seus direitos de cidadania. Ainda segundo Pereira (2001) podemos compreender que os objetivos e estratégias da proposta participativa em pauta oscilaram entre um *marco teórico-ideológico-político conservador*, valendo-se do instrumento “com o fim de resolver alguns dos seus problemas sociais”, um marco teórico *reformista-desenvolvimentista*, segundo a qual a participação popular tem por finalidade adaptar-se a ordem social (...) através de um processo pelo qual o povo tem possibilidade de negociar com o governo os bens necessários ao seu bem-estar”, e, por momentos, referenciando-se numa concepção *revolucionária-socialista*, quando da defesa da “organização popular para criar em torno dela mesma seu próprio poder e saber visando à autogestão da comunidade” (idem. Pg.155).

Este projeto visava desenvolver um processo dinâmico de interação entre a população beneficiada e os agentes envolvidos na execução do Programa. Para o desenvolvimento desse Projeto foi estabelecida uma metodologia própria cuja idéia central era constituída pelo envolvimento da população no Programa, num exercício constante de troca de saberes com os agentes sociais, na busca da compreensão-explicação das reais necessidades das comunidades.

As atividades do Projeto de Participação Comunitária contribuíram para um melhor entrosamento entre o PROSANEAR-RJ e as Comunidades, como também ajudaram os técnicos na formulação/construção deste Projeto. A peculiaridade deste Programa foi marcada pela qualidade das ações que a equipe se colocava como exigência para dar conta de um determinado nível de organização comunitária que possibilitasse à população atingir um patamar de autonomia para a reivindicação de outros serviços para além do saneamento básico⁷.

⁷ Constituíam metas explícitas do programa:

O desenvolvimento das atividades compreendia momentos distintos. Estes momentos determinam as ações que devem respeitar as particularidades de cada área, sinalizando a necessidade de um planejamento flexível, que considerasse a dinamicidade própria do trabalho. As ações foram divididas em: Ações de Mobilização, Ações de Articulação e Ações Educativas e Culturais.

As ações de mobilização consistiam num conjunto de etapas que foram desenvolvidas da seguinte forma:

Caracterização de área – tratava-se da primeira aproximação da equipe técnica com a população, objetivando conhecer a realidade local e iniciar o processo de mobilização. Momento em que se realizava, junto à Associação de Moradores, um levantamento sobre aspectos físicos gerais, grupos comunitários e instituições que atuavam na área, nível de organização social, histórico de luta e as condições de saneamento, cujo resultado fornecia subsídios para a elaboração dos projetos técnicos de engenharia e possibilitava uma análise preliminar do trabalho social a ser desenvolvido.

Mobilização e Pacto com lideranças – momento em que se apresentava o Programa à comunidade e promovia-se a discussão com lideranças e representantes, objetivando o seu entendimento e apoio ao método de trabalho e, em especial, à divisão de responsabilidades⁸. Essas lideranças desempenhavam também a função de garantir o acesso dos técnicos a todas as casas e de providenciar a liberação de espaços disponíveis para realização das reuniões das oficinas de capacitação e reuniões com a população⁹.

Processo de Formação de Condomínios - reuniões que eram realizadas com os moradores, de acordo com os condomínios delimitados pelo Projeto Físico, tendo como propósito a apresentação do Programa e a escolha de seus representantes - Síndicos e Subsíndicos¹⁰. Na ocasião, devia ficar claro ao conjunto de condôminos que a escolha destes representantes era de fundamental importância para todo o desenvolvimento do trabalho, sendo necessário que

Contribuir para a melhoria de vida e saúde da população beneficiada pelo Programa;
Fortalecer o processo de organização e participação das comunidades, através da representação de cada condomínio por seu síndico;

Promover a formação de síndicos, capacitando-os para que atuassem como multiplicadores permanentes do PROSANEAR-RJ; garantir o uso adequado dos equipamentos sanitários implantados; criar estruturas adequadas para a efetiva manutenção e conservação dos sistemas implantados.

⁸A escolha dos multiplicadores implicava na identificação de agentes sociais que contribuíssem na propagação das questões discutidas sobre Meio Ambiente/Saúde/Saneamento, junto a outros moradores da comunidade e que permite a aquisição de novos conhecimentos e crescimento do grupo de moradores como um todo.

⁹ Por capacitação o programa compreendia o processo dinâmico que envolve diferentes atores sociais (técnicos e população) no debate sobre Meio Ambiente/Saúde/Saneamento, com a finalidade de contribuir para a melhoria das condições de saneamento, entendendo-as como elementos para conquista da cidadania.

¹⁰ O Síndico era o indivíduo escolhido por moradores de um condomínio, para defender os interesses de um grupo de moradores (condomínio), no que se refere ao sistema de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário de uma comunidade contemplada pelo PROSANEAR.

estes estivessem dentro do perfil para a formalização dos canais de participação - Conselhos de Síndicos¹¹ e Comissão de Saneamento¹². Este momento se constituía das seguintes etapas:

- Visita domiciliar, de casa em casa, para a sensibilização do morador à participação;
- Convite para reunião dos moradores de cada condomínio;
- Levantamento das condições sanitárias (ficha censitária) e pesquisa das condições sócio-econômicas (ficha amostral);
- Eleição do representante (síndico e subsíndico) de cada condomínio;
- Composição do Conselho de Síndicos, representativo de cada comunidade;
- Cada área escolhe um grupo de moradores/instituições para compor a Comissão de Saneamento, responsável pela fiscalização das obras e posterior acompanhamento da manutenção dos equipamentos instalados.

Pesquisa das Condições Sócio-Econômicas e Sanitárias - foi realizada através do levantamento censitário e do levantamento amostral. Sua proposta era contrapor dados, objetivando mensurar o impacto da melhoria da qualidade de vida após o término das obras.

Formalização do Termo de Adesão – momento de assinatura do Termo de Compromisso individual, definindo a forma de atendimento, o valor da tarifa de água e esgoto e a forma de pagamento do ramal condominial. É o documento que selava o compromisso entre a CEDAE e os moradores quanto à execução das obras e o pagamento dos serviços prestados, além de definir os papéis de ambos na operação e manutenção dos sistemas implantados.

A efetivação desta etapa caracterizou-se pela realização de reuniões por condomínio. O objetivo era discutir o conteúdo do documento, esclarecendo ao grupo a co-responsabilidade assumida pelas partes. Assinaram o documento: pela CEDAE - Presidente da Empresa e Diretor da Divisão Comercial; pela Comunidade - Síndico, Subsíndico, Associação de Moradores e Condôminos. **(Anexo E)**

¹¹ O Conselho de Síndicos era constituído pelo grupo de síndicos representativo de cada condomínio. No caso das favelas com área de abrangência complexa, eram criados um ou mais Conselhos. Eram atribuições do Conselho:

1º - Realizar reuniões sistemáticas para discutir o funcionamento de cada condomínio e trocar experiências sobre possíveis soluções;

2º - Encaminhar a CEDAE, de maneira coletiva, possíveis reivindicações a respeito dos equipamentos implantados;

3º - Desenvolver trabalho educativo, junto aos moradores, sobre a utilização dos equipamentos implantados;

4º - Definir de maneira coletiva como deverão funcionar os condomínios;

5º - Discutir com a Associação de Moradores projetos específicos que possam ser encaminhados aos órgãos públicos, objetivando a melhoria das condições ambientais da comunidade.

¹² Grupo de moradores responsável pela fiscalização das obras e posterior acompanhamento da manutenção dos equipamentos implantados. Podem fazer parte desta comissão, síndicos, representantes de grupos comunitários ou qualquer morador.

Com as ações de articulação verificava-se o aprofundamento dos contatos com grupos comunitários formais e informais, bem como com as instituições públicas e privadas e outros organismos que desenvolvessem trabalho na área. Este contato objetivava a apresentação e divulgação do Programa, propondo o desenvolvimento de ações conjuntas.

Por último, as ações educativas e culturais formavam um conjunto de ações pautadas nos eixos Meio Ambiente/Saúde/Saneamento/Preservação dos Equipamentos implantados. Esta etapa buscava estabelecer canais de participação a partir do conhecimento e apreensão dos diferentes níveis de implantação do Programa, fortalecendo os princípios básicos do Projeto de Participação Comunitária. A capacitação de multiplicadores desenvolveu-se junto às duas vertentes do processo educativo, a saber:

- **Educação Formal** - desenvolvida junto à rede pública de ensino situada na comunidade ou no entorno, objetivando realizar um trabalho integrado que possibilitasse a inserção dos conteúdos da Educação Ambiental na grade curricular, bem como a sensibilização e orientação do corpo pedagógico. Tinha como proposta ainda uma atuação articulada, visando à multiplicação das idéias do Programa e a realização de projetos específicos nas escolas. Foram desenvolvidas atividades nas escolas, com a finalidade da troca de experiências e dos conteúdos da Educação Ambiental, privilegiando o planejamento de ações conjuntas.

Os projetos desenvolvidos pelas escolas, em parceria com os técnicos do Programa, sempre finalizavam com algum evento em que os trabalhos realizados pelas crianças pudessem ser apresentados aos pais e à comunidade.

- **Educação não Formal** - caracterizava-se pelo desenvolvimento de ações que informavam e capacitavam os grupos comunitários (Conselhos de Síndicos e Comissão de Saneamento) como elementos multiplicadores das idéias do Programa. Pretendia-se que esta multiplicação fosse estabelecida numa ação permanente junto aos seus respectivos condôminos e diferentes segmentos sociais com que interagia o cotidiano da favela.

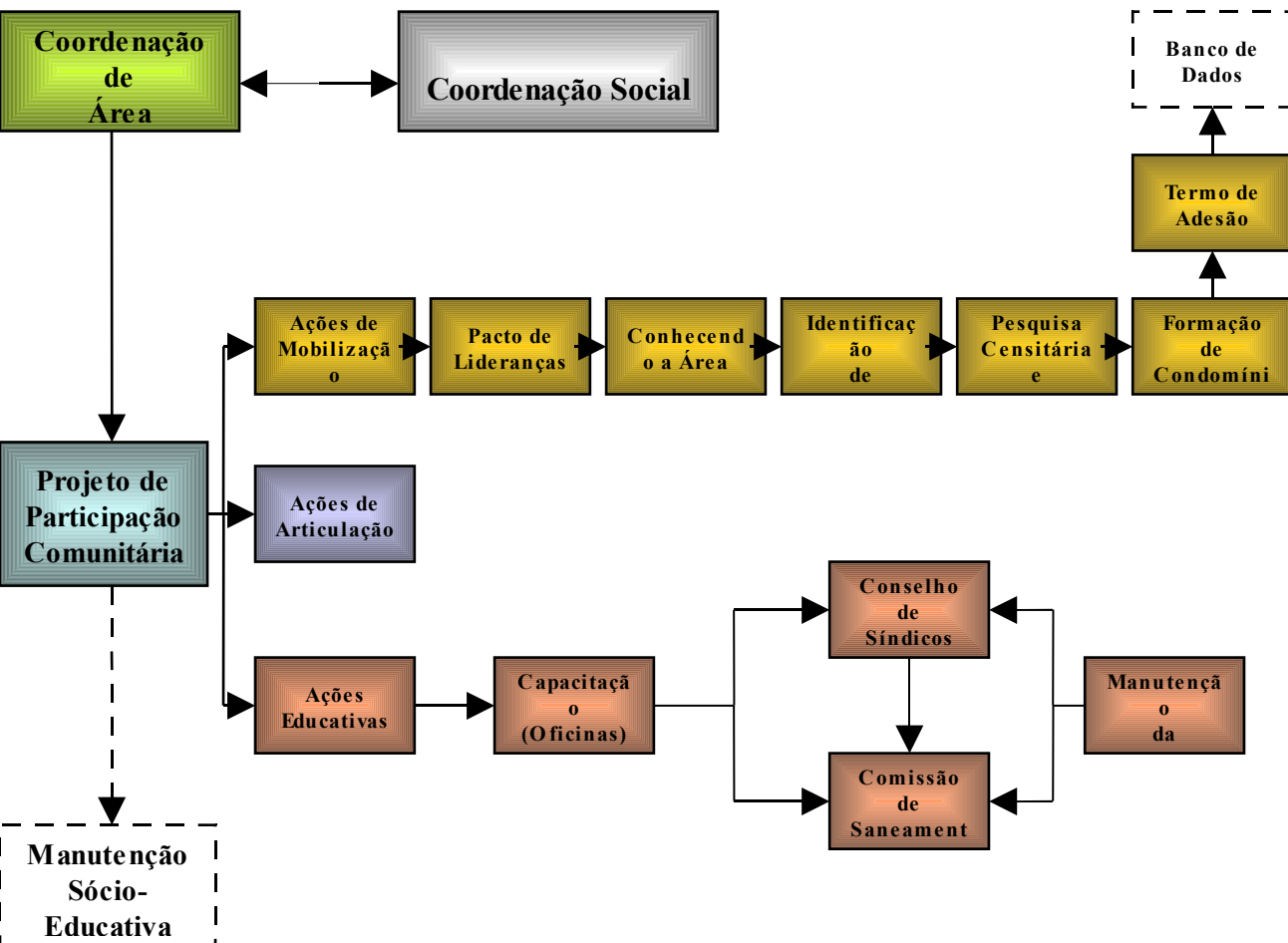
O trabalho foi estruturado por módulos, cada um dos quais foi desenvolvido em oficinas, num total de oito encontros que abordaram os seguintes temas (**Anexo F**):

1 - Apresentação do Programa (diretrizes/metapas): Projeto Físico a ser implantado (água e esgoto) e Sistema Condominial; 2 - Papel dos Síndicos e Subsíndicos (Conselhos de Síndico)

e Comissão de Saneamento; 3 – Manutenção e Preservação dos equipamentos implantados (CEDAE /Síndicos); 4 – Andamentos da Obra: Definição de Rede Micro e Rede Macro; 5 – Discussão sobre Meio Ambiente e Cidadania; 6 – Saneamento e Urbanização: qualidade de vida; 7 - Lixo e suas Consequências; 8 - Termo de Adesão

Essas ações estavam voltadas para as diversas formas de conhecer e aprender a realidade fruto das contradições sociais. A Educação Sanitária e Ambiental teve por finalidade, também, estimular a reflexão por parte dos moradores sobre a importância da independência econômica, social, política e ecológica nas zonas urbanas e rurais, no sentido de adquirir consciência dos problemas e perceber que através da participação nos processos decisórios em relação às políticas pensadas, seria possível reivindicar prioridade para as demandas locais, etc. Mais do que um aprendizado sobre as questões relativas ao eixo Saneamento/Saúde/Meio Ambiente, os encontros para a capacitação dos Conselhos de Síndicos e Comissões de Saneamento possibilitavam momentos de reflexão sobre outros aspectos.

Fluxograma das Atividades da Área Social



2.4. Conhecendo a população local: Pesquisa das Condições Sócio-Econômicas e Sanitárias

Para consolidar a proposta metodológica do *Projeto de Participação Comunitária*, foi elaborado um projeto de pesquisa onde a comunicação com a população se colocava como elemento fundamental para a consecução dos objetivos do Programa.

Na realidade, paralelamente à coleta de dados como renda, idade, etc., mais do que colher informações, entrevistador e entrevistado trocavam informações, opiniões e expectativas, modelando lentamente “o que fazer” para ambos. Esse precioso diálogo permitia uma abertura para o conhecimento que o morador já possuía, norteando a perspectiva do entrevistador que, ao abrir-se para o conhecimento do outro, valorizava o entrevistado e o estimulava à participação.

Essa relação envolvente, alimentada por histórias de vida, sonhos e esperanças, conceitos e explicações num jogo de representações, é uma relação política e social. Verdadeiro palco de instituições, revelações e identidades que, ao remexer nos valores, nos interesses e nas mentalidades de todos, constitui-se em suporte significativo para a implantação de políticas e de diretrizes de transformação. Para tentar decodificar esta realidade, optou-se pela metodologia da pesquisa-ação como uma proposta político-pedagógica, onde o entrevistador e o entrevistado interagem durante todo o processo. Segundo Santos (2002), “a pesquisa-ação acontece quando há interesse coletivo em suprir necessidades. Os pesquisadores e os participantes envolvem-se no trabalho de pesquisa de modo participativo ou cooperativo”.

Foi considerando que o entrevistado é sujeito portador de cultura própria, com interesses localizados, projetos pessoais e expectativas diversas e que para conhecê-lo era necessário buscar sua livre expressão, de forma consciente e consistente, promovendo dessa forma maior aproximação entre a situação real e o Programa. Outra tarefa importante foi a de sensibilizar o entrevistado para que vislumbrasse sua importância na participação do equacionamento dos problemas enfrentados pela comunidade.

Essa pesquisa foi concebida como parte de um processo educativo de ação/reflexão da prática social, vinculada aos interesses concretos e imediatos, visando ações coletivas e organizadas. Foi um desafio que se colocava para os profissionais engajados nas diferentes frentes deste trabalho, fundamental para o resgate da cidadania daquela população excluída e marginalizada.

O ponto fundamental para a escolha das equipes foi seu conhecimento e a vivência dos problemas enfrentados pelas comunidades de baixa renda. Os critérios adotados pela equipe técnica para o recrutamento e seleção dos mobilizadores foram o de morar em comunidade e/ou participar de organizações comunitárias. É importante ressaltar que esses critérios obedeciam às diretrizes políticas do Programa e que a seleção das equipes também estava relacionada diretamente com a questão político-partidária. A escolha foi por pessoas concretamente inseridas na realidade das favelas, implicadas com a situação que iriam investigar, além de terem clareza de seu papel e estarem, de certa forma, compromissadas com a transformação das condições da população em questão.

Além disso, tinha-se o entendimento que essa proximidade dos quadros de referência do entrevistador e do entrevistado evitaria que o entrevistador se escandalizasse com as situações de pobreza, precariedade e violência com que se defrontaria, facilitando a comunicação entre eles e a identificação dos reais problemas, por parte do entrevistador.

Em cada área de intervenção, a pesquisa de desenvolveu em dois momentos:

- Um levantamento preliminar de dados que era realizado a partir da Assembléia de adesão ao Programa até a inauguração da obra, ou seja, poderia ocorrer durante o processo;
- Um levantamento posterior à intervenção já com os sistemas em uso.

O levantamento preliminar compreendia três momentos referentes às famílias residentes na comunidade, sendo o primeiro momento a caracterização da comunidade, o segundo consistia em levantamento censitário, e o terceiro a pesquisa por amostragem. A caracterização da comunidade foi elaborada e aplicada pela equipe responsável pelo desenvolvimento do trabalho de Educação Sanitária e Ambiental, através de um questionário (ficha de caracterização) (**Anexo G**) e compreende informações referentes à formação da comunidade, seu nível associativo e de participação, a saúde pública e outros serviços existentes na área. Essas informações foram colhidas junto às Associações de Moradores, às lideranças comunitárias de aquele momento e as históricas também.

No levantamento censitário (ficha censitária), foram coletadas através do Cadastro de Domicílios, informações sobre as condições sanitárias das habitações, em especial sobre o abastecimento de água e esgotamento sanitário, além do número de ocupantes por domicílio.

Na pesquisa por amostragem (ficha amostral), (**Anexo H**) foram consideradas outras questões referentes às características físicas e jurídicas dos domicílios, às condições sociais e econômicas das famílias e uma abordagem referente ao conhecimento do PROSANEAR.

Para realizar o levantamento das condições sócio-econômicas e sanitárias, fez-se uso de dois questionários padronizados e para o aprofundamento qualitativo dessa investigação,

utilizando a entrevista não diretiva. Esses questionários foram aplicados no campo, entre junho de 1995 e julho de 1996, e no levantamento censitário todos os domicílios das comunidades previstas foram contemplados, já na pesquisa por amostragem apenas 10% dos domicílios de cada comunidade foram entrevistados.

Nos gráficos e tabelas, que serão anexados ao final deste trabalho (**Anexo I**), é possível verificar os resultados da primeira fase da pesquisa em algumas áreas onde o trabalho foi concluído e as obras foram inauguradas pelo então Governador Marcello Alencar, sendo que a segunda fase da pesquisa que permitiria a análise comparativa para avaliar as mudanças ocorridas, após a intervenção do Programa, não foi concluída. Em algumas áreas, essa fase foi iniciada já no final da gestão e com a entrada do novo governo em 1999, o trabalho foi totalmente descaracterizado de sua proposta inicial e não houve interesse por parte da nova administração em concluir a pesquisa.

2.5. Núcleos de Operação e Manutenção.

O Programa tinha como proposta a implantação de Núcleos de Operação e Manutenção que seriam regionais para dar atendimento às áreas contempladas pelas obras do PROSANEAR. Essa proposta foi criada com o objetivo de subsidiar as empresas a serem contratadas pela CEDAE para proceder à operação e manutenção dos sistemas implantados.

Com a inauguração dos primeiros empreendimentos verificou-se a necessidade de dar continuidade ao *Projeto de Participação Comunitária*, junto aos Síndicos, Conselho de Síndicos e Comissão de Saneamento que abriu um novo canal de comunicação entre o Poder Público e a Comunidade. Para tanto, foi elaborada uma proposta de Monitoramento das Atividades Sócio-Educativas, mediante a compreensão de que essas atividades sempre estiveram voltadas para a garantia da integridade física dos sistemas construídos e conseqüentemente da preservação dos investimentos realizados. Havia o entendimento pela equipe técnica de que era imprescindível uma retro alimentação dos grupos comunitários formados durante o processo de mobilização e capacitação, destacando-se o papel de multiplicador dos síndicos e a autonomia necessária dos conselhos, para a consolidação das idéias do Programa. A finalidade da proposta era fortalecer o elo entre a CEDAE e as comunidades de tal forma que os eventuais problemas fossem solucionados com rapidez e eficiência, apontando novas diretrizes para a manutenção das redes de saneamento em favelas.

A partir dessa constatação, foi criado na equipe de Planejamento um núcleo responsável pelo Monitoramento das Atividades Sócio-educativas com o objetivo de prestar

orientação técnico-social aos moradores dos respectivos condomínios para assegurar a coresponsabilidade na manutenção dos sistemas implantados.

Esse monitoramento se iniciava logo após a inauguração das obras e a idéia era de que, posteriormente com a implantação dos Núcleos de Operação e Manutenção, fosse instituída uma equipe da área social para dar continuidade ao monitoramento até o momento em que aquela organização comunitária se consolidasse, ganhando autonomia para gerir suas próprias demandas e reivindicações.

Os Núcleos de Operação e Manutenção seriam implantados de acordo com proposta apresentada em Termo de Referência que estabelecia como critério o conceito de grande, médio e pequeno porte para as comunidades e os recursos humanos seriam mensurados de acordo com essas especificações. Dessa forma, as comunidades de grande porte, como o Complexo da Maré, teriam seu próprio núcleo de atendimento e para as comunidades menores seria adotado o critério da proximidade, ou seja, um núcleo atendendo comunidades localizadas na mesma região.

É importante ressaltar que só algumas comunidades desfrutaram desse investimento e, atualmente, encontram-se em funcionamento os Núcleos da CEDAE do Complexo da Maré e da favela da Rocinha, apenas no que se refere a parte técnica do ponto de vista operacional de manutenção das redes. Não existe trabalho social com a população.

2.6. Instrumental de Avaliação do Programa.

A proposta de avaliação foi elaborada pela equipe de Planejamento da Área Social do PROSANEAR-RJ, para as áreas de conclusão das obras da primeira fase, teve por objetivo – além da preocupação com a qualidade, a produtividade e o alcance do Programa – tentar reunir, através da análise do desempenho dos profissionais, alguns subsídios e elementos que possibilitassem correções, ajustes e reformulações que garantissem uma melhoria nas ações desenvolvidas no campo, e melhor aproveitamento dos recursos.

Pretendia-se também fazer uma avaliação da forma mais abrangente possível considerando os vários aspectos que envolviam este trabalho, tanto pela perspectiva dos profissionais (mobilizadores, supervisores de área, assessoria de planejamento da coordenação e coordenador social) ou pela ótica da comunidade enquanto beneficiária do Programa.

Em relação aos profissionais, destacamos o entendimento que possuíam do Programa e questões relativas à auto-avaliação, como reconhecimento da importância do agente no desenvolvimento de suas ações, e o peso da sua subjetividade. A equipe de Planejamento

tinha o entendimento que a avaliação coletiva buscava identificar o grau de articulação dos grupos, as diferenças de concepção sobre a execução das ações, e o conhecimento sobre a realidade das comunidades onde atuaram.

No que diz respeito às comunidades contempladas pelo PROSANEAR, buscava-se avaliar se os objetivos foram alcançados, tanto em relação à implantação dos equipamentos quanto à participação comunitária. A partir do entendimento dos Síndicos, Comissão de Saneamento, Associação de Moradores, lideranças comunitárias e outros grupos representativos, a intenção foi identificar os elementos que facilitaram ou prejudicaram o avanço do modelo condominial e a metodologia participativa, com o propósito de obter condições de construir um conhecimento global do PROSANEAR que levasse em conta a visão dos profissionais do Programa e a da população objeto de suas ações.

Além disso, procurou-se também verificar quais as mudanças efetivas que o Programa proporcionou às comunidades, não só do ponto de vista da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mas também pela apreensão dos conteúdos da Educação Sanitária e Ambiental.

Dessa forma, os principais objetivos dessa avaliação foram:

- Identificar os resultados obtidos pelo Programa na sua 1ª etapa, a partir da avaliação dos profissionais e da população atendida;
- Propiciar uma auto-avaliação das equipes, no que se refere ao desempenho das diferentes ações desenvolvidas pelos profissionais;
- Avaliar a eficácia do modelo condominial, bem como a aceitação deste pela população;
- Perceber o nível de consolidação da metodologia participativa.

Para assegurar maior abrangência e eficácia do processo avaliativo, foi definido como estratégia o desenvolvimento do trabalho em três etapas, utilizando os seguintes instrumentos:

- Aplicação de questionários específicos;
- Entrevistas individuais;
- Reuniões para produção de relatórios por cada empreendimento (comunidade atendida);
- Realização de seminário para o fechamento da avaliação.

As etapas de desenvolvimento do processo avaliativo ficaram então divididas da seguinte maneira:

1ª Etapa – foram preenchidos questionários individuais pelos profissionais do Programa e representantes das comunidades beneficiadas.

2ª Etapa – foram realizadas reuniões específicas com grupos de profissionais do Programa e representantes das comunidades trabalhadas, para discussão e interpretação das informações contidas nos questionários de avaliação, tendo como referência a área de atuação.

3ª Etapa – foi realizado seminário com a participação de todos os segmentos envolvidos (profissionais e representantes das comunidades) para a apresentação de um relatório conclusivo de avaliação e a proposição de novas variáveis de ação do PROSANEAR.

Esta avaliação teve início em janeiro de 1997 e foi realizada no âmbito das equipes do Programa e com os representantes dos empreendimentos que tiveram as obras concluídas na primeira etapa: Morro do Estado (Niterói), Morro do Arroz/Chácara (Niterói), Morro do Campinho, Morro União, Morro do Juramento, Morro do Tirol e Morro do Urubu. Foram aplicados 386 questionários (**Anexo J**) no total, para o exame das ações específicas de mobilização, articulação, capacitação, objetivos propostos e alcançados no nível da participação comunitária.

Em seguida, serão apresentados alguns resultados desta avaliação, com todos os setores envolvidos, reproduzindo com fidelidade a maneira de se expressar, as frases e colocações feitas à época pelos participantes deste processo, principalmente em relação à população que foi público alvo deste Programa.

Com os resultados obtidos, as estatísticas mostraram que a maioria da população (segmentos representativos como Associação de Moradores, lideranças comunitárias e outros grupos) das áreas avaliadas, aprovou a atuação das Comissões de Saneamento, durante e após a intervenção da obra.

Também foi possível constatar que as Comissões de Saneamento identificaram, em algumas áreas, a falta de interesse e de participação dos moradores. Identificaram ainda problemas referentes à obra, tais como falta de envelopamento dos canos e deficiências no funcionamento das redes em determinados setores das comunidades. Dentre as principais atividades realizadas pelas Comissões, destacam-se: visitas aos condomínios e vistorias nas obras. Em relação à proposta condominial, todos os segmentos que participaram da avaliação, na sua maioria qualificaram como ótima e avaliaram que a divisão da comunidade em condomínios trouxe melhorias para sua organização. Foram destacadas pelas comunidades as seguintes vantagens trazidas pelo modelo condominial:

- *“União entre os moradores, facilitando o controle da qualidade dos serviços”; “Facilita a relação entre a CEDAE e a comunidade”; “Facilitou a comunicação entre as pessoas”;*
- *“Ficou mais fácil identificar e resolver os problemas”; “Cada síndico olha por seu condomínio”; “Fez com que cada morador participasse em seu condomínio, conhecendo*

não só os seus problemas, mas de os toda comunidade”; “Não dependemos apenas da Associação de Moradores e sim dos Síndicos”.

Quanto à atuação dos Síndicos e Subsíndicos, as atividades que mais se destacaram foram as seguintes:

- *“Palestras sobre desperdício de água e coleta de lixo”; “Reunião no Condomínio”; “Entrega de contas”; “Vistorias no Condomínio”; “Providências tomadas em relação a consertos na rede micro”.*

A propósito da Educação Sanitária e Ambiental, foi avaliado que a capacitação contribuiu muito para as comunidades no que se refere aos seguintes aspectos:

- *“Redução de lixo jogado pelas ruas da comunidade”; “Alguma mudança nos hábitos dos moradores”; “Maior interesse pela preservação das redes”; “Diminuição do desperdício de água”; “Melhora nas condições de higiene da população”.*

Avaliando o Programa em seus principais aspectos positivos e negativos sob a ótica dos moradores destas comunidades, envolvidos no processo, foram destacados os seguintes pontos:

POSITIVOS	NEGATIVOS
“Abastecimento de água e organização da comunidade”.	“Obras de esgoto atenderam só uma parte das comunidades”.
“Trouxe união entre os moradores, através das reuniões realizadas pela equipe social”.	“Mão de obra não qualificada”.
“Educar moradores na maneira de lidar com a água, o esgoto e o lixo”.	“Pouca atenção com os moradores”.
“Trouxe grande incentivo com a Educação Ambiental”.	“Serviços mal acabados, canos deixados sem envelopamento em grande parte das comunidades”.
“Deixamos de carregar lata d’água na cabeça”.	“Poucas reuniões com a Engenharia e a empreiteira”.

Ainda sobre a avaliação do segmento comunidade as sugestões feitas no sentido de ampliar e melhorar o Programa foram:

- *“Realização de obras de contenção de encostas”; “Pavimentação”; “Continuar com as reuniões para melhor informar aos moradores sobre seus direitos e deveres, para melhorar a vida na sua comunidade”; “O Estado enviar uma comissão para vistorias às obras que já estão inauguradas”; “Concluir a rede de esgoto”; “Maior número de reuniões com os moradores e menos com os síndicos”; “Não interromper o trabalho social”; “Promover atividades com crianças”; “Coleta de lixo”; “Telefone comunitário”; “Correio Comunitário”; “Instalação de unidades de saúde”; “Lazer infantil”.*

Na avaliação realizada pelos agentes envolvidos (lembrando que a maioria desses agentes era oriunda de áreas de baixa renda) nas ações de mobilização, foram destacados dois aspectos considerados satisfatórios do ponto de vista da equipe: o *“bom treinamento”* recebido que contribuiu para o empenho das equipes e a mobilização que promoveu *“a união dos moradores em prol do bem comum”*.

Ressaltaram como aspectos que dificultaram as ações de mobilização nas áreas, *“os conflitos internos gerados pela questão do tráfico”* e as *“condições climáticas”* que interferiam na produção do trabalho e o cumprimento do cronograma das atividades. Avaliaram também que a maioria das Associações de Moradores colaborou com o trabalho das equipes e que a receptividade dos moradores em relação ao Programa era muito boa.

Em relação às ações educativas e culturais, as equipes responsáveis pelo desenvolvimento do trabalho (capacitação de Síndicos e Comissões de Saneamento) avaliaram que o trabalho de Educação Ambiental contribui muito para a *“aquisição de novos conhecimentos e troca de experiência”* e acrescentaram a importância de um suporte permanente para o aprimoramento e qualificação das informações. Apontaram dificuldades em reunir a população no momento em que as obras permaneciam paradas (aditamento de contrato, problemas técnicos e outros), provocando desinteresse da população de participar das reuniões.

Na avaliação técnica do Programa, em geral, foi considerado que os objetivos da metodologia participativa foram atingidos parcialmente, pois o trabalho educativo mobilizou e estimulou os moradores para o acompanhamento, a fiscalização das obras e preservação dos equipamentos, porém também foram observados muitos problemas em relação ao desperdício de água e problemas de entupimento das redes de esgoto pelo uso inadequado dos equipamentos.

CAPÍTULO III:

A atuação do Serviço Social no PROSANEAR

3.1. A prática do trabalho do Assistente Social

O espaço da práxis é uma questão fundamental no cotidiano do trabalho do Assistente Social e é nela que se define a relação que será construída com o usuário. É na condução das ações estabelecidas que as relações sociais se reproduzem, e que se processam as mediações entre a totalidade e o singular (CARVALHO, 2005).

A categoria dos Assistentes Sociais, ao mesmo tempo em que se constitui nas bases institucionais do Estado, cumprindo o papel de mediador na relação deste com a população excluída, marginalizada, ocupa também um espaço privilegiado nessa interlocução pelas profundas dimensões, de caráter eminentemente político, dessa mediação. Entendendo-se a mediação como “um reforço do processo de acumulação e dominação, ou como um reforço e uma contribuição ao fortalecimento das organizações populares”. (FALEIROS, 2001: 26)

Dessa forma, é possível dizer que a prática profissional do Assistente Social torna-se bastante complexa, não só do ponto de vista da diversidade de reflexões colocadas a propósito do seu objeto de trabalho, mas também, e fundamentalmente, em relação “ao saber estratégico e tático. Para tanto, é necessário situar-se no contexto político global e no contexto institucional particular, compreendendo as relações de saber e poder da população e com a população”. (FALEIROS, 2001:28)

Nesse sentido, o saber profissional, sempre legitimado pela instituição, tanto pode favorecer a intencionalidade de desmobilizar as organizações populares quanto servir a produção de conhecimento, tendo em vista a autonomia que se determina pelo contato direto (*tête à tête*) com essa população marginalizada. A essa peculiaridade da prática profissional é que faço referência quanto ao “espaço privilegiado” de atuação.

Segundo Iamamoto (2003), quando se fala em prática profissional, se tem o entendimento de que:

(...) a leitura hoje *predominante* da “prática profissional” é de que ela não deve ser considerada “isoladamente”, “em si mesma”, mas em seus “*condicionantes*” sejam eles “*internos*” – os que dependem do desempenho do profissional – ou “*externos*” – determinados pelas circunstâncias sociais nas quais se realiza a prática do assistente social. Os primeiros são geralmente referidos a competências do assistente social como, por exemplo, acionar *estratégias e técnicas*; a capacidade de *leitura da realidade conjuntural*, a *habilidade no trato das relações humanas*, a *convivência numa equipe interprofissional* etc. Os segundos abrangem um conjunto de fatores que não dependem exclusivamente do sujeito profissional, desde as *relações de poder institucional*, os *recursos* colocados à disposição para o trabalho pela instituição ou empresa que contrata o assistente social; as *políticas sociais específicas*, os *objetivos e demandas da instituição empregadora*, a realidade social da população usuária dos serviços prestados etc. (Iamamoto, 2003: 94)

O fazer profissional deve se basear na troca de saberes e isto quer dizer que é preciso considerar o conhecimento do usuário e decodificá-lo para que se estabeleça uma relação mais equilibrada. Como sugere Faleiros (2001, p.27), o “desafio da atuação profissional é desenvolver mediações que levem ao controle democrático dos recursos institucionais pela própria população”.

Outro ponto que gostaria de abordar em relação à práxis, objeto de muitos debates no âmbito da categoria, é a questão da instrumentalidade no Serviço Social, ou seja, o meio pelo qual o profissional se utiliza para a efetivação de seu trabalho e as dificuldades encontradas para a apreensão e aplicabilidade dessa instrumentalidade no seu cotidiano.

Na trajetória histórica da profissão, essa instrumentalidade foi tratada com ênfases variadas, de acordo com as formas de inserção sócio-políticas do fazer profissional. A discussão do caráter político da instrumentalidade na intervenção é uma contribuição recente, que o pensamento marxista trouxe para o Serviço Social (CASSAB, 1995).

Dada essa dimensão, que expressa o entendimento da utilização da instrumentalidade como técnica de dominação, o Serviço Social passa a repensar a sua prática na perspectiva de inovar e recriar o seu arsenal técnico.

Sobre o debate instrumentalidade e processo de trabalho, Guerra comenta que “a instrumentalidade é uma condição necessária à reprodução da espécie humana, em resposta aos seus carecimentos materiais e espirituais. Para satisfazer suas necessidades o homem projeta finalidades, planeja suas ações, escolhe, dentre as alternativas possíveis, aquelas mais adequadas ao alcance de suas finalidades; constrói, utiliza e aperfeiçoa os instrumentos de trabalho, e por isso ele é também um ser crítico” (GUERRA, 2000:7). A busca pelos instrumentos adequados transforma a prática num constante aprendizado, de acordo com os resultados obtidos, através de uma avaliação permanente da intervenção a qual se pretende realizar, tendo sempre a perspectiva de se distanciar da ação para repensar a intervenção e retro alimentar a ação a partir de novos conhecimentos, novas estratégias, a partir da troca de experiências vivenciadas em campo, para atingir o resultado almejado.

Sobre esse debate – a prática do trabalho e a instrumentalidade no Serviço Social – muito ainda poderia ser discutido, mas os pontos destacados aqui, servem de referência e introdução ao tema que será exposto na segunda parte deste capítulo que traz algumas considerações sobre a atuação do Serviço Social no PROSANEAR e que tem relação com o que foi mencionado anteriormente, devido à riqueza de possibilidades e oportunidades da prática profissional que essa experiência consagrou, proporcionando a utilização de muitos dos instrumentos convencionados a essa prática e outros mais.

3.2. O Papel dos Assistentes Sociais no PROSANEAR

Para a coleta de informações, foram realizadas entrevistas, através da aplicação de um questionário (**Anexo L**) constituído de dez perguntas abertas, elaborado com a preocupação de obter respostas qualitativas, possibilitando às pessoas entrevistadas desenvolverem as respostas com livre expressão da memória, sem nenhuma interferência nas respostas, buscando o máximo de elementos que pudessem permitir uma avaliação/verificação sobre a importância da atuação do Serviço Social no PROSANEAR-RJ.

O tema tratado aqui será apresentado a partir de entrevistas realizadas com Assistentes Sociais responsáveis pelo planejamento, elaboração e execução das atividades que foram desenvolvidas na Área Social do Programa, destacando ainda que essas profissionais vivenciaram diferentes etapas do Programa e atuaram em diferentes segmentos da estrutura, possibilitando uma avaliação diferenciada sob a ótica e perspectiva do lugar que ocuparam hierarquicamente.

O critério adotado para expor os comentários e informações adquiridas nas entrevistas obedece à ordem das perguntas formuladas no roteiro, mantendo total fidelidade ao texto originado das respostas obtidas de cada profissional entrevistada e, na sequência, serão feitos alguns comentários sobre o conteúdo exposto.

A primeira abordagem na entrevista se refere à inserção dessas profissionais no Programa que vai ocorrer de forma diferenciada e em épocas equivalentes ao início do período analisado: uma delas foi convidada pela Coordenação Social em função da experiência de trabalho acumulada em áreas de baixa renda, outra teve a sua primeira experiência profissional na área da saúde e iniciou o trabalho em comunidade no Programa. É preciso ressaltar que dentre as profissionais entrevistadas, apenas uma ingressou no Programa em 1993, quando era conhecido pelo nome de PROFACE (Programa de Favelas da CEDAE), destacando-se das demais, pela vasta experiência e contribuição na construção do PROSANEAR, tendo participado num momento em que a constituição das equipes priorizava o viés técnico (PROFACE).

Destacar a maneira diferenciada de ingresso das profissionais no Programa, foi considerado um ponto importante a ser evidenciado pelos seguintes aspectos: no período analisado havia um forte componente político-partidário que permeava a formação das equipes, e revelar a natureza da contratação dessas profissionais pode também situar a relação delas com o Programa e o trabalho que foi desenvolvido.

Em relação à avaliação sobre a atuação das equipes de campo das quais participaram, houve uma unanimidade nas respostas das entrevistadas, no que se refere à *“interferência político-partidária”* que comprometia o bom desempenho do trabalho pela ausência de qualificação profissional. Na referida gestão – governo Marcello Alencar (1995/1998) – *“o Programa deixou de ter um viés técnico e passou a ter uma condução com pessoas comprometidas com o projeto político-partidário”*. *“O trabalho das equipes poderia ter obtido melhores resultados e conseqüentes impactos nessas comunidades, mas houve um forte componente político nas atuações dessas equipes”*.

Outro aspecto importante apontado, ainda sobre esse mesmo assunto, foi o fato de que *“os componentes das equipes de mobilização eram oriundos das classes populares, a maioria lideranças comunitárias, e ao mesmo tempo em que isso facilitava a inserção nas comunidades, também dificultava o trabalho porque estavam cooptados politicamente pelo Estado e confundiam a campanha eleitoral com as atividades desenvolvidas”*.

A interferência político-partidária, mencionada pelas entrevistadas, se caracterizava em vários aspectos (uso da máquina administrativa para propaganda política), sendo que o mais prejudicial, talvez tenha sido o fato de que a maioria das pessoas contratadas para compor as equipes do Programa, fazia parte do quadro político (diretórios regionais) do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, e haviam participado, maciçamente, da campanha eleitoral para governador e deputados estaduais. Dessa forma, a maioria dos Coordenadores de Área e Supervisores das equipes de campo foi indicada politicamente e não tinha perfil profissional adequado, o que afetava diretamente o desenvolvimento do trabalho, obrigando a equipe de Planejamento a elaborar, estrategicamente, treinamentos constantes para colher algum resultado das ações. A *“interferência político-partidária eleitoral”* foi considerada pelas entrevistadas como o aspecto mais negativo do Programa, além da ausência de articulação com outras políticas públicas.

Sobre a adequação da metodologia condominial nas comunidades contempladas pelo Programa foi destacado que: *“essa proposta metodológica, na perspectiva da organização comunitária, teve estreita relação com o nível de qualidade das intervenções das equipes. Quando havia boa compreensão e entendimento da proposta pelos supervisores e mobilizadores, eram significativos as possibilidades e resultados obtidos”*. *“Do ponto de vista do controle, da organização comunitária a metodologia condominial favorecia muito ao fortalecimento das relações de vizinhança. Contribuía bastante na organização comunitária, além de descentralizar o poder das Associações de Moradores que já estavam comprometidas tanto com o Poder Público como com o Poder Paralelo (traficantes). Tinha*

uma questão concreta e imediatista que eles se organizavam em torno de um patrimônio que era a água, o acesso à água, e através disso foi possível discutir com a população outras questões como saúde, questões políticas e culturais”. “Do ponto de vista da Área Social foi um facilitador porque ao dividir a comunidade em condomínios, desde a sua base até a parte mais alta do morro, onde cada condomínio representava um número de casas, tendo um Síndico representante, facilitava a organização comunitária. O Condomínio facilitava a discutir as responsabilidades com os equipamentos implantados, fazendo refletir também sobre a qualidade dos serviços. Facilitava a questão da organização interna. Por outro lado, a Comissão de Saneamento tinha o papel de lutar pela garantia do que estava pactuado no Programa, bem como pela qualidade”.

Tal como exposto no capítulo anterior, a aplicação da metodologia condominial ocupou um lugar de destaque na condução do trabalho social e a este respeito as profissionais foram unânimes ao ressaltar a “*Metodologia Condominial*” como fundamental do ponto de vista da organização comunitária e da participação de um número maior de pessoas nas atividades do projeto e destacaram a importância da Educação Ambiental que possibilitava a ampliação das discussões. Por outro lado, outros aspectos foram levantados como limitações dessa metodologia: sob o ponto de vista da área de Engenharia, as entrevistadas observaram que essa metodologia “*dificultava o trabalho pelas características da topografia dessas áreas, que são íngremes e com uma ocupação não planejada, fazendo com que a equipe técnica tivesse que se adaptar às condições encontradas, comprometendo o bom andamento do Projeto Físico da obra*”¹³.

Quando perguntadas sobre a avaliação que fazem do Projeto de Participação Comunitária, foram feitas as seguintes afirmações: “*foi positivo, ressaltando que a instrumentalização das representações comunitárias resultava no aumento do seu nível informacional e gerava maiores questionamentos e cobranças, aumentando a expectativa pela qualidade dos serviços ofertados etc.*”.

Referindo-se à atuação da categoria no Programa, a entrevistada revela que “*a participação comunitária foi mais intensa, principalmente onde a coordenação do trabalho no campo foi realizada por Assistentes Sociais. Outro elemento que facilitava a realização do trabalho era o fato de trabalhar com grupos reduzidos e em locais próximos de suas*

¹³ A equipe de Projetos (Arquitetos) tinha que, a todo o momento, rever o projeto inicial em função de obstáculos encontrados no local que inviabilizavam a obra, tendo que refazer o projeto que, por muitas vezes, modificava a configuração do condomínio em função do abastecimento de água. Dessa forma, as equipes de mobilizadores eram obrigadas a voltar ao local para convocar nova eleição de síndico dos condomínios que eram repartidos.

residências. Muitas vezes, as reuniões eram feitas nos becos, na porta das casas dos moradores e em horários acessíveis, a maioria à noite (em tempos mais amenos!)”.

Neste depoimento, encontramos um aspecto relevante a ser considerado que está relacionado com a importância da atuação da categoria. Conforme o que já foi mencionado anteriormente, os cargos criados na estrutura da Área Social do Programa, em sua maioria – e principalmente nas equipes de campo – não eram ocupados por Assistentes Sociais, com a exceção de algumas áreas. Os cargos de Coordenador de Área, por exemplo, – função chave para a condução do trabalho de campo – foram designados, em sua totalidade, para os militantes do PSDB, por determinação da direção do Programa. Assim como os mobilizadores que, notadamente, na hierarquia do “Partido” ocupavam posições inferiores, restando-lhes a função de menor salário e considerada de trabalho mais pesado, porém, do ponto de vista do trabalho social, não menos importante.

Já no desenvolvimento da Educação Ambiental (Capacitação de Síndicos e Comissão de Saneamento), que exigia mais conhecimento e elaboração, era conduzido e orientado por Assistentes Sociais. Essa situação diferenciada, na composição das equipes, provocava algumas dificuldades conforme é demonstrado no depoimento que segue: *“a dificuldade consistia na falta de maior entrosamento entre as equipes de mobilização e de Educação Ambiental, no sentido de que nem sempre o síndico eleito tinha um perfil adequado à proposta. Cabendo então à equipe de Educação Ambiental – no momento da capacitação de Síndicos – além de capacitar tinha que trabalhar melhor o síndico para que ele tivesse clareza do seu papel. Uma coisa estava engajada com a outra. Para um bom desempenho, as fases de mobilização, articulação e atividades educativas e culturais tinham que se realizar de forma interdependente e não dicotômicas”.* O trabalho social foi sendo construído ao longo do processo, a partir das estratégias estabelecidas, que teve como principal virtude a troca de experiências para verificação dos pontos de estrangulamento e a proposição de novas idéias e condutas para solucionar os problemas e atingir os resultados.

É possível afirmar que o papel do Serviço Social foi de fundamental importância, atuando de forma propositiva e, ressaltando ainda que nas áreas em que o trabalho de campo foi realizado por Assistentes Sociais, a organização comunitária obteve um desempenho tão positivo, chegando até mesmo na constituição de chapa formada por síndicos que venceu a eleição de Associação de Moradores que estava, há muitos anos, sob o domínio de falsas lideranças comunitárias que atuavam de forma imperativa com a população.

Quanto ao desempenho das Assistentes Sociais, em relação aos instrumentos de intervenção utilizados no desenvolvimento das atividades, considerados mais importantes, as

principais observações feitas nas entrevistas foram: *“no contexto das comunidades (trabalho de campo) destacaria o “trabalho de grupo” realizado para a capacitação de multiplicadores como um instrumento importante para a função do profissional de Serviço Social. Outros procedimentos também deveriam ter sido específicos do Serviço Social para melhor aproveitamento e resultados, como por exemplo a aplicação de dinâmica para a formação dos condomínios”*.

Para a operacionalização do trabalho foram utilizados vários recursos tais como: reunião de grupos com dinâmicas diversificadas; entrevista com moradores para pesquisa das condições sócio-econômicas; visita domiciliar para solução de problemas (exemplo: tubulação que precisava passar pelo terreno do vizinho!); desenvolvimento de eventos culturais (elaboração de peça de teatro infantil) explorando a cultura local (apresentação de grupos de folclore, pagode, etc); elaboração de relatório mensal, semanal e anual das atividades desenvolvidas; elaboração de relatório de ocorrência; treinamento em serviço com as equipes de campo (abordagem adequada para a população e outros); reuniões com equipe técnica de Engenheiros e Arquitetos para promover a integração do trabalho no campo e uniformizar o discurso de acordo com as diretrizes das ações; elaboração de painéis para exposições realizadas nas áreas, em praças públicas, apresentando as etapas do Programa para a população; elaboração de atividades com crianças para que elas também tivessem conhecimento da importância da intervenção; encontro de mulheres síndicas para discutir questões relativas ao papel da mulher na sociedade, etc. Tudo era aproveitado e utilizado como possibilidade de envolvimento da população. O material didático-pedagógico utilizado foi bastante variado e todas as sugestões da equipe de Planejamento eram acatadas, pois havia uma fartura grande de material e recursos: cartilhas educativas; folders explicativos; álbum seriado; projeção de vídeos educativos; elaboração de jornal informativo das atividades do Programa; material de divulgação e convocação das atividades; prospectos; relatório fotográfico das atividades; faixas de divulgação das inaugurações; aparelhos de áudio e vídeo necessário para algumas atividades; transporte para deslocamento das equipes; grande variedade de equipamentos para o trabalho interno (material de escritório, computadores, máquinas fotográficas disponíveis para as equipes de campo).

A questão da instrumentalidade que foi comentada na primeira parte deste capítulo, correlaciona-se com a prática do trabalho desenvolvido pelas Assistentes Sociais que atuaram nos distintos segmentos (equipe de planejamento e equipe de campo) do Programa, no qual tiveram a oportunidade de utilizar alguns dos instrumentos prováveis e convencionados pela categoria, criando e recriando alternativas conforme o avanço do trabalho, fazendo uma

constante avaliação das atividades e seu funcionamento, tendo sempre como indicador a experiência de campo. A riqueza de experimentos e as possibilidades de expandir a criatividade foram muito interessantes, podendo ser dito que funcionou como uma espécie de laboratório no qual foi possível testar e aplicar alguns instrumentos na prática, devido à complexidade das demandas apuradas, os ajustes necessários a cada realidade encontrada nas diferentes comunidades, pois cada uma tem sua história própria, e esses aspectos foram observados e respeitados, tentando explorar a melhor maneira possível de aproveitar a cultura local como uma opção para viabilizar o desenvolvimento das atividades.

Outro importante aspecto levantado, ainda sobre a instrumentalidade, se refere ao contato direto com o morador e a questão da abordagem: *“a realidade era discutida no próprio ambiente das comunidades: no cerne da questão. A relação estreita com cada morador facilitava bastante o trabalho. Às vezes as pessoas acabavam aderindo à proposta pela forma que convidávamos, porque era a gente que convidava”*.

É importante ressaltar que a abordagem realizada pelas Assistentes Sociais fazia toda a diferença em relação à participação da população nas reuniões previstas e no envolvimento com o Programa. O preparo técnico da categoria deflagrava um desdobramento na realização das atividades, dentro da proposta do Projeto de Participação Comunitária, totalmente diferenciado das equipes constituídas por pessoas sem preparo. A participação da população era menos intensa, o envolvimento com o Programa era mais lento, com exceção dos locais em que as lideranças eram cooptadas politicamente.

Este depoimento faz referência, novamente, à questão político-partidária como aspecto de grande interferência no trabalho: *“o desempenho das Assistentes Sociais passou a ter dificuldades, no momento em que a direção do trabalho saiu da esfera técnica e passou para uma direção com caráter político-partidária de cunho eleitoral. Com isso ignorou-se a necessidade do trabalho técnico, colocando pessoas desqualificadas e sem preparo, sem formação profissional para coordenar as equipes de mobilização e Educação Ambiental. Nesse momento, os técnicos assumiram um papel de resistência, tentando mostrar, através do trabalho, a necessidade do viés técnico, capacitando as equipes de campo e formando alianças. O instrumento de intervenção mais importante foi o contato direto com a população, no momento da capacitação. A Educação Ambiental propiciou esse contato e a discussão da compreensão do sistema, da responsabilidade com a manutenção dos equipamentos implantados, da relação do direito da população ao acesso a bens e serviços, a partir da idéia dos multiplicadores, dos formadores de opinião, a questão de estarem lutando pelos seus direitos. Os Assistentes Sociais capacitavam decodificando os termos técnicos para*

qualificá-los com a linguagem técnica. Que é esse o papel do Assistente Social! O objetivo de qualificar é para que a população pudesse discutir com a equipe de Engenharia com mais embasamento e clareza sobre o Projeto físico da obra”.

O trabalho social foi sendo construído ao longo do processo, a partir das estratégias estabelecidas, que teve como principal virtude a troca de experiências para verificação dos pontos de estrangulamento e a proposição de novas idéias e condutas para solucionar os problemas e atingir os resultados. É importante ressaltar que apesar do viés político que permeava o Programa, a Coordenação Social acatava e aprovava todas as sugestões da equipe de Planejamento (majoritariamente constituída por Assistentes Sociais), por reconhecimento da competência e experiência de trabalho dos profissionais, adotando inclusive uma postura de proteger os profissionais dos eventuais ataques de “campanheiros” inconformados com a permanência dos profissionais numa função que eles achavam que deveria ser ocupada pelo critério do “apadrinhamento político” – na hierarquia do Programa, abaixo do Coordenador, era a equipe que tinha o salário mais alto. Também havia o interesse do Coordenador de manter essa equipe pelo fato de que era necessário justificar para os financiadores do Programa (CEF/ BIRD) os investimentos gastos: as atividades tinham que acontecer.

Em relação à melhor estratégia a ser adotada por Programas Sociais em áreas de baixa renda foram destacadas *“a articulação intersetorial visando à integralidade e complementaridade das ações e a garantia de participação efetiva dos usuários”*; *“o estudo preliminar com levantamento das especificidades e características referentes à área de intervenção; ações articuladas em nível das esferas municipais, estaduais e federais; compromisso com efetivação, com qualidade dos serviços propostos e a garantia de manutenção; promover o envolvimento da população local através de ações educativas e culturais”* e ressaltou-se ainda o desejo quase “utópico” sobre a possibilidade de existirem *“programas de governos desvinculados de políticas partidárias”*, apostando na crença de políticas públicas sérias.

Sobre o entendimento do papel do Estado no desenvolvimento das políticas públicas: *“o co-financiamento, a regulação e a coordenação das políticas públicas compõem o seu principal papel”*; *“o Estado tem que ser o responsável pelo desenvolvimento das políticas públicas”*; *“é responsabilidade do Estado, na medida em que recebe imposto cobrado da população, que devem ser revertidos em políticas públicas para a população em geral. Políticas públicas não podem ser restritas para população de baixa renda”*.

Por último, a visão que as profissionais têm sobre a importância do Assistente Social na condução das políticas públicas, destacou-se: *“o Assistente Social deve participar de todo*

o processo e não só na direção de políticas públicas, mas deve estar comprometido com a proposição, elaboração e avaliação das mesmas, a fim de cumprir sua função frente à garantia dos direitos dos cidadãos". De um outro ponto de vista, foi considerada a importância da atuação da categoria em equipes multidisciplinares e não somente em cargos de direção: *"não acho que isso tem que estar na mão só do Assistente Social, porque existem outros profissionais com essa competência. O Assistente Social tem sua especificidade para atuar na ponta. Ele teria condições para estar ou não na condução das políticas (exemplo: Marcelo Garcia na SMAS!). Acredito na eficácia de equipes multidisciplinares e não acredito em pré-requisitos técnicos para estar na direção"*. Sobre a "especificidade de atuação na ponta", a experiência da categoria no trabalho social do PROSANEAR-RJ revelou-se como fundamental para a aferição dos melhores resultados. Porém, a atuação na elaboração do planejamento das ações também foi crucial para o desenvolvimento do Programa, atentando para o fato de que a categoria possui uma base teórica de sustentação que possibilita a sua inserção em frentes de trabalho diversificadas: tanto pode atuar na ponta como na direção. Tudo depende do aproveitamento que o profissional faz do conhecimento que possui, conforme o depoimento que segue: *"o Assistente Social – assim como outras categorias profissionais – deve contribuir a partir do seu arcabouço teórico-prático na discussão e na proposição de políticas públicas adequadas às necessidades que são apontadas pela realidade social"*.

Através da atuação do Serviço Social neste Programa é possível exemplificar que a prática do Assistente Social pode fortalecer e contribuir para as "organizações populares", como foi mencionado anteriormente, e que isso depende da opção teórico-metodológica feita pelos profissionais e pelas possibilidades que o espaço institucional lhes confere. Após o relato aqui exposto, pode ser identificado naquela prática, o testemunho de que o desafio profissional da categoria é saber consolidar o desenvolvimento de mediações que levem à população ao controle democrático dos recursos institucionais: o trabalho de capacitação de síndicos tinha como premissa essa base, na medida em que repassava o máximo de informações possíveis e bem detalhadas para que esses representantes pudessem se apoderar da intervenção em questão.

Ao revisitar essa experiência, fica a impressão/sensação de ter sido este Programa *"o último dos moicanos"*, no que se refere ao Serviço Social de Comunidade, no sentido de sua amplitude enquanto política pública (voltada para a comunidade como um todo), já que assistimos hoje a setorialização e fragmentação das políticas públicas em geral, através dos Programas existentes no âmbito das três esferas do Poder Público, voltado para o atendimento

de idosos, jovens e adolescentes, mulheres chefes de família, gravidez na adolescência, etc. Fica também o importante registro que o principal objetivo do Programa que foi a implantação dos serviços de saneamento básico em áreas de baixa renda do Rio de Janeiro, ainda permanece como forte reivindicação dessas áreas pela falta de manutenção dos sistemas concluídos – atualmente funcionando de maneira precária – e a ausência de novos investimentos, considerando o aumento significativo das favelas e loteamentos irregulares em diversas localidades do Estado do Rio de Janeiro. Os empreendimentos realizados pelo PROSANEAR não tiveram continuidade na gestão posterior ao período aqui analisado, e todo o empenho do trabalho social feito àquela época, com alguns resultados alcançados, apesar das diversas falhas ocorridas e da interferência “político-partidária eleitoreira”, perdeu-se no tempo e no espaço, restando apenas o registro em alguns documentos guardados pelos próprios profissionais que perceberam a importância e a dimensão daquele trabalho. Na própria empresa (CEDAE), o que se encontra de material do PROSANEAR arquivado é pouco, tendo em vista o que foi produzido na época.

Conclusão

O PROSANEAR adotou um novo enfoque, à época considerada de vanguarda no que se refere às políticas públicas, ou seja, o da participação de grupos sociais organizados no desenvolvimento do Programa, como forma de aperfeiçoar a utilização dos recursos disponíveis, incentivando o envolvimento da comunidade na busca das soluções mais adequadas para os problemas locais.

A metodologia condominial, sob os aspectos do trabalho social, contribuiu de forma relevante para o desenvolvimento das atividades e foi avaliada como facilitadora da organização comunitária, configurando-se como uma proposta de organização que possibilitava uma mudança na dinâmica das relações comunitárias, na qual os interesses comuns passaram a ser identificados a partir do estreitamento das relações de vizinhança. Para os técnicos da Área Social, essa metodologia possibilitou estimular a mudança de comportamento dos moradores frente aos problemas ambientais das comunidades e garantir o uso adequado da infra-estrutura de saneamento implantada, melhorando a qualidade de vida da população e, ainda, partilhar responsabilidades entre Estado e cidadão.

O PROSANEAR, cumprindo seu papel de Programa Piloto, evidenciou, ao lado dos bons resultados apresentados, problemas e dificuldades que comprometeram a sua capacidade de intervenção e operacionalidade, cerceando o ritmo e limitando o impacto das ações que se pretendia conceder aos Programas de Saneamento voltados para Comunidades de Baixa Renda, sobretudo em relação à qualidade dos projetos elaborados e a sustentabilidade depois de implantados. A topografia das favelas nem sempre favoreciam a utilização da metodologia condominial, no que se refere ao assentamento das redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Os estudos, que revisaram a experiência do Programa do ponto de vista da área técnica (Engenharia e Arquitetura), demonstraram que muitos dos projetos não foram sustentáveis, seja por sistemas que não atenderam aos parâmetros projetados, seja pelo alto índice de inadimplência avaliado, após um período de 2 – 3 anos de conclusão dos projetos, e dessa forma, as principais lições aprendidas foram as seguintes:

- 1) Promover a Participação Comunitária e Educação Sanitária e Ambiental desde a etapa de preparação dos projetos até a etapa posterior à implantação das obras (monitoramento das atividades);
- 2) Planejar e executar os trabalhos com a população das Comunidades beneficiárias, de

forma constante, durante todo ciclo do projeto, visando garantir a sustentabilidade dos Sistemas (evitando altos índices de inadimplência, falta de Manutenção, uso indevido dos Sistemas implantados, ausência de ligações domiciliares, etc.);

- 3) Evidenciar desde a etapa da elaboração dos projetos, os custos com investimentos de Operação e Manutenção, além da política de recuperação de custo (tarifa social e outras contribuições da Comunidade) e subsídio, discutindo-os com a Comunidade, Governos locais e Prestadores de Serviços;
- 4) Contar com um Sistema de Monitoramento e Avaliação para acompanhar o desenvolvimento dos projetos e aferir os impactos resultantes de sua implantação.

É importante ressaltar que a descontinuidade das políticas públicas, em função das mudanças de Governo, se constitui como o mais nocivo fator e um rompimento concreto para a aferição dos resultados e desempenho de Programas dessa natureza. A questão político-partidário-eleitoreira causou grande interferência no desenvolvimento do trabalho, mas, ainda assim, foi possível alcançar resultados positivos.

A adoção do modelo condominial, acompanhado da eleição de Síndicos e Subsíndicos como representantes dos condomínios foi uma experiência ímpar na história dessas populações e favoreceu muito o trabalho social. Configurou-se como uma proposta de organização que possibilitava uma mudança na dinâmica das relações comunitárias na qual os interesses comuns passam a ser identificados a partir do estreitamento das relações de vizinhança, propiciado pela forma de delimitação do espaço físico em condomínios.

Na realidade, esse tipo de organização – Condomínio, Conselhos de Síndicos e Comissão de Saneamento – possibilitou a abertura de um novo canal de participação, onde todos são sujeitos da ação, o que antes ficava restrito a uma diretoria e presidência da Associação de Moradores, passa a ser percebido pelo coletivo.

Para esses novos representantes, o significado da participação comunitária se expressava como sinônimo de união e organização, para o emaranhado de becos e ruelas que caracterizam as favelas, e principalmente como uma nova forma de sociabilidade para uma realidade marcada pela luta individual de sobrevivência.

Através da articulação entre as ações de Saneamento e o trabalho de Educação Ambiental foi possível superar a visão clássica das obras de saneamento, saindo da questão da **“obra pela obra”** e do **“cano e concreto”** para atingir a dimensão social mais global da política pública.

Referências Bibliográficas:

CEASM – Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, Projeto Observatório Social da Maré – *Quem somos? Quantos somos? O que fazemos? A Maré em dados: Censo 2000* – Ed. Antonio Galletti & Ione Nascimento, 2003.

MARQUES, Eduardo César. *Estado e Rede Sócias: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.

ABREU, Maurício. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

PROSANEAR-RJ, Assessoria de Planejamento da Área Social. *Proposta para Treinamento em Educação Sanitária e Ambiental: temas para Educação Sanitária e Ambiental e Roteiro de Oficinas*. PROSANEAR-RJ. Rio de Janeiro. 1996.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo. Editora Cortez. 2006.

PROSANEAR-RJ, Assessoria de Planejamento da Área Social. *Pesquisa das Condições Sócio-econômicas e Sanitárias das Oito áreas Prioritárias do PROSANEAR-RJ – Fase I*. PROSANEAR-RJ. Janeiro/1997.

PROSANEAR-RJ, Assessoria de Planejamento da Área Social. *Instrumental de Avaliação: proposta para a Coordenação Social para Avaliação do Trabalho nas Obras Inauguradas da 1ª Fase do PROSANEAR-RJ*. PROSANEAR-RJ. Março/1997.

PROSANEAR-RJ, Assessoria de Planejamento da Área Social. *Proposta de Implantação dos Núcleos de Operação e Manutenção e Monitoramento das Atividades Sócio-Educativas*. PROSANEAR-RJ. Agosto/1996.

PROSANEAR-RJ, Assessoria de Planejamento da Área Social. *Projeto de Participação Comunitária: análise da Situação até 1998*. PROSANEAR-RJ. Novembro/1998.

PROSANEAR-RJ, Assessoria de Planejamento da Área Social. *Projeto Experimental de Ações Integradas*. PROSANEAR-RJ. Setembro/1996.

PROSANEAR-RJ, Assessoria de Planejamento da Área Social. *Avaliação Final das Ações Desenvolvidas nas Oito Áreas Prioritárias do PROSANEAR-RJ*. 1º Semestre. 1997.

PEREIRA, William César Castilho. *Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática*; Belo Horizonte, Vozes: PUC Minas. 2001.

RIBEIRO, Luiz César Queiros. *Cidade e cidadania: inclusão urbana e justiça social*. Cienc. Cult., Apr/jun 2004, vol. 56, nº2, p. 43 -45. ISSN 0009-6725.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. *Metodologia Científica – a Construção do Conhecimento*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de, NETTO, José Paulo. *Cotidiano: Conhecimento e Crítica*. 6ª ed. São Paulo. Ed. Cortez, 2005.

FALEIROS, Vicente. *Saber Profissional e Poder Institucional*. 6ª ed. São Paulo. Ed. Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 6ª ed. São Paulo. Ed. Cortez, 2003.

GUERRA, Yolanda. *Instrumentalidade do Processo de Trabalho e Serviço Social*. Rio de Janeiro. Revista Serviço Social & Sociedade, nº 62 – ANO XX – 2000.

CASSAB, Maria Aparecida T. *A Instrumentalidade na Intervenção do Assistente Social*. Rio de Janeiro. Cadernos de Serviço Social - nº 01, Universidade Federal Fluminense – UFF, 1995.

SADER, Emir & GENTILI, Pablo. *Pós-Neoliberalismo – As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Vários autores. 4ª edição. São Paulo. Ed. Paz e Terra, 1998.

MELO, José Carlos. *Sistema Condominial, Razões Teoria e Prática*. Site “Condominium Empreendimentos LTDA”. <http://www.sistemacondominial.net/jc.htm>. Acesso em: 08 ago. 2007.

Anexos

CONSELHOS DE SÍNDICOS E SUBSÍNDICOS

MÓDULO 01

1ª OFICINA:

- a) Apresentação do Programa (aqui poderá ser usado o roteiro de reunião de condomínio):
financiamento, gerenciamento e abrangência;
- b) Objetivo da Equipe de Educação Sanitária e Ambiental;
- c) Apresentação dos Engenheiros Fiscais do Programa e representantes da Empreiteira para
explicitar projeto de obra;
- d) Apresentação dos Síndicos e Subsíndicos:
 - Solicita-se a cada um que se apresente dizendo nome e qual condomínio representa,
deixando-os à vontade para colocar qualquer outra informação;
- e) Apresentação do Sistema Condominial: (Sugerimos que esteja presente um profissional da
Empreiteira)
- f) Avaliar a atividade identificando dúvidas e agendar novas reuniões.

MÓDULO 02

2ª OFICINA:

- * O que é CONDOMÍNIO?
- * O que é Síndico e Subsíndico?
- * O que é Conselho de Síndicos?

O que se espera de um condomínio?

- a) O que é Comissão de Saneamento;
- b) O que é Capacitação e como atuar o Multiplicador;
- c) Escolha dos interessados em participar da Comissão de Saneamento;
- d) Distribuição da Relação de condomínios para os síndicos;

- Proposta para dinâmica de grupo:

1. Criar subgrupos para debater como o síndico e o subsíndico poderão divulgar o programa em seu condomínio.
2. Dramatização de uma reunião de Condomínio.
3. Criar subgrupos para debater:
 - a) Como cada um pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida na sua comunidade.

b) Como deverá atuar a Comissão de Saneamento.

MÓDULO 03

3ª Oficina

a) Apresentação e discussão dos Termos Técnicos da Engenharia;

b) Manutenção e Preservação da Rede:

- * Abastecimento de Água

- * Esgotamento Sanitário

c) Termo de Adesão:

- * Vazão da água

- * Tarifa de água e esgoto

- * Manutenção da rede

- * Pacto de adesão

- Proposta de dinâmica de grupo:

1. Apresentação de vídeo do Programa;

2. Fazer a relação de nomes e endereços dos síndicos e subsíndicos para a Comissão de Saneamento.

MÓDULO 04

4ª Oficina

1. Exposição sobre a Obra da comunidade por representantes da Equipe de Engenharia e da Empreiteira.

- * Definição de rede macro e rede micro
- * Apresentação da Comissão de Saneamento
- * Custo
- * Aproveitamento ou não da rede já existente
- * Vazão da água
- * Andamento das Obras
- * Importância da conservação das redes

Nesta oficina, sugerimos que estejam presentes mais de um conselho de síndicos e subsíndicos.

MÓDULO 05

5ª Oficina

Exposição e discussão sobre Meio Ambiente, dando uma noção da questão de forma geral, orientando para a leitura da realidade local.

- * Conceituar Meio Ambiente

* Meio Ambiente - Educação - Saúde

- Proposta de dinâmica:

* Apresentação do vídeo “Meio Ambiente e Coisa e Tal“

* Trabalhar com recortes de jornais e revistas

* Como é o meio ambiente em que você vive?

Verificar através de relato oral ou por escrito em cartazes, qual a percepção dos Síndicos acerca do meio ambiente em que vive:

* Como o PROSANEAR está contribuindo para a melhoria do meio ambiente de sua comunidade?

* Fazer o levantamento histórico do meio ambiente da comunidade, valorizando e estimulando a participação dos conselhos e comissões.

MÓDULO 06

6ª Oficina

Exposição e discussão sobre Saneamento e Urbanização:

- Conceituar Urbanização e Saneamento;
- Água Tratada: captação, distribuição, conservação e desperdício;
- Água Servida: definição, água contaminada X saúde, conservação;
- Esgotamento sanitário;
- Rede de drenagem;

- Informar as Instituições existentes, responsáveis pelos serviços relativos à urbanização.

- Proposta de Dinâmica:

- * Exposição da Maquete do Programa;
- * Discussão com o grupo sobre temas abordados;
- * Levantamento das condições sanitárias e ambientais da favela;
- * Registro histórico da luta pelo saneamento da comunidade.

MÓDULO 07

7ª Oficina

a) Discussão sobre o tema LIXO:

- * Formas de tratamento
- * Composição e tratamento
- * O Desperdício
- * A coleta seletiva
- * A formação de cooperativas

b) Proposta de Dinâmicas:

- * Apresentação do vídeo “Ta Limpo!”
- * Palestra com representante da COMLURB
- * Discussão e Avaliação
- * Confecção de Jornal Mural

MÓDULO 08

8ª Oficina:

- a) Organizar reuniões por condomínio para discussão e assinatura do Termo de Adesão;
- b) Realizar reuniões por condomínio para orientar os condôminos quanto ao processo de obras;
- c) Culminância:
 - Preparar e organizar de forma conjunta com os conselhos de Síndicos, atividades (educativas e culturais) que contemple os conteúdos do curso de capacitação, atingindo outros moradores da Comunidade;
 - Apresentação e divulgação de material produzido pelos multiplicadores (jornais informativos, fotografias, histórico do saneamento da comunidade e outros materiais).

COMISSÃO DE SANEAMENTO

1ª Oficina:

- a) Discussão sobre as atribuições;

- b) Apresentar e discutir os Termos Técnicos da Engenharia;
- c) Discussão sobre o Termo de Adesão.

2ª Oficina:

- a) Enfatizar debates acerca do conceito de Saneamento e Urbanização
- b) Levantamento dos principais problemas, decorrentes das obras e propostas de soluções;
- c) Realizar levantamento das condições sanitárias e ambientais da comunidade.

3ª Oficina:

- a) Reunião com representantes da Equipe de Engenharia e da Empreiteira, objetivando apresentar problemas e possíveis soluções.

UM DIA O ENCANTO SE QUEBRA ...



FIGURA 2



FIGURA 3

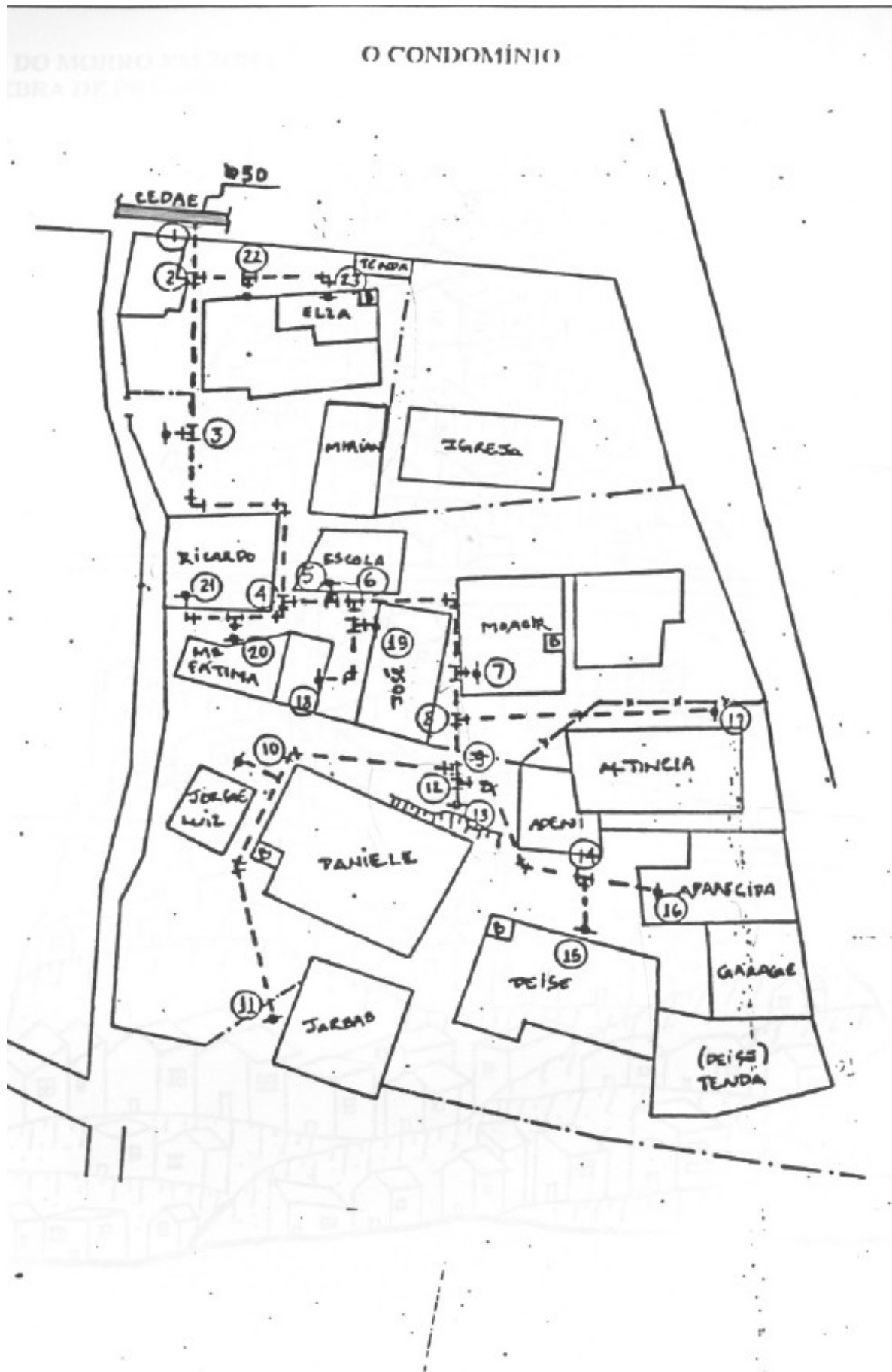


FIGURA 5

DIVISÃO DO MORRO EM ZONA
DE QUEBRA DE PRESSÃO

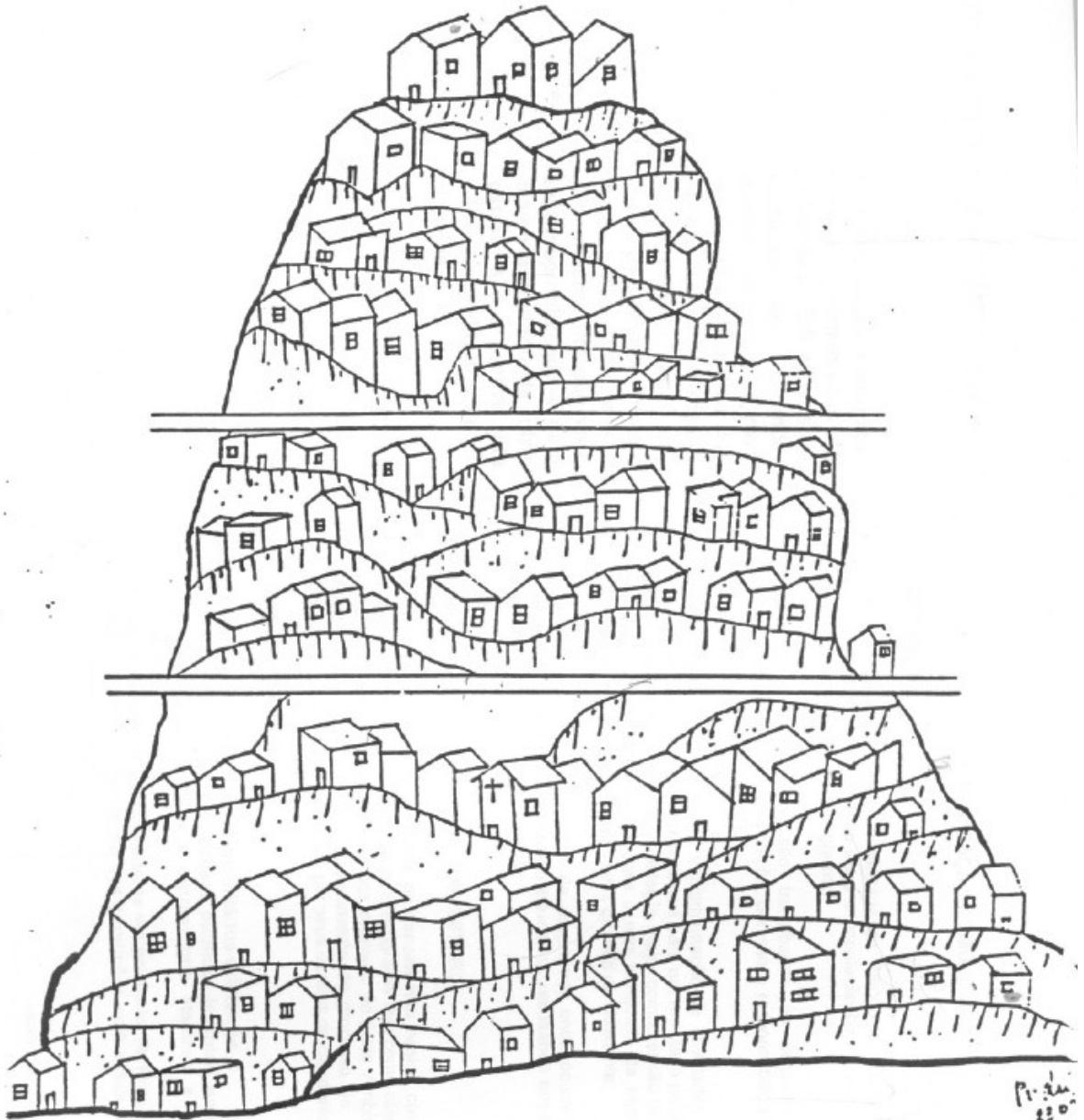
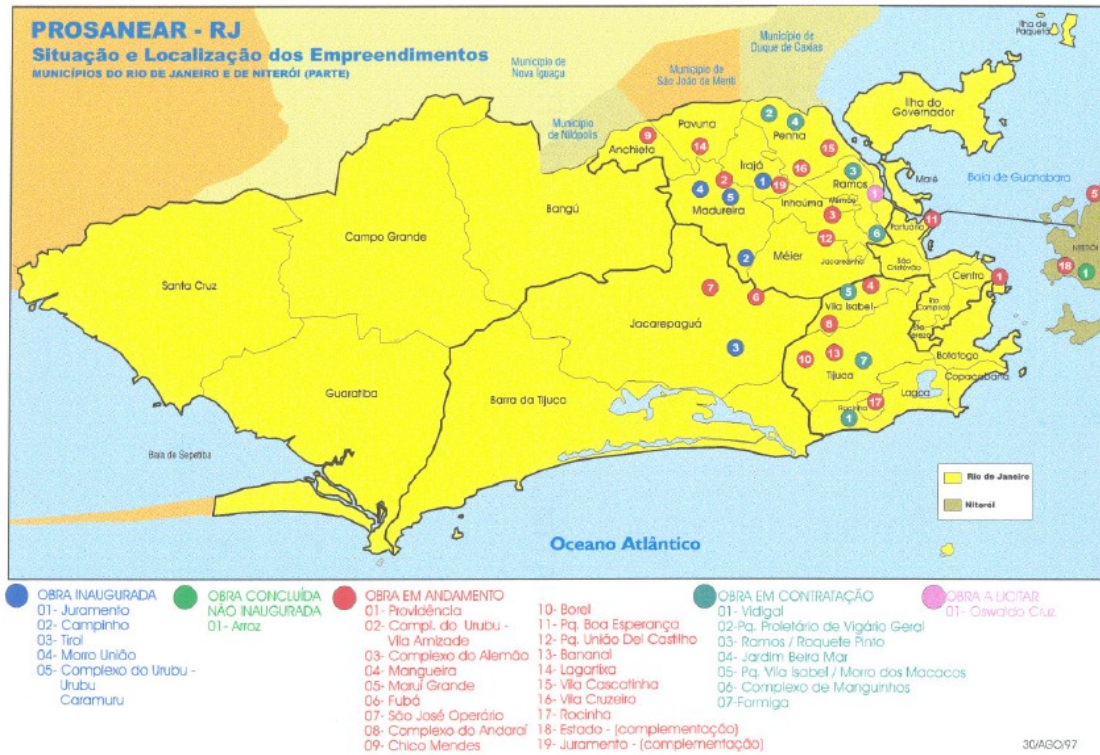


FIGURA 8

MOBILIZADOR RESPONSÁVEL: _____





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE ADESÃO AO PROGRAMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM ÁREAS DE BAIXA RENDA

COMUNIDADE:

CONDÔMÍNIO:

O Condomínio acima indicado, representado pelo(a) Sr(a). _____, Síndico, eleito em reunião realizada em _____, e a Companhia Estadual de Água e Esgoto - CEDAE, neste ato representada por seu Presidente, acordam, entre si, o conteúdo deste Termo de Adesão, referenciado pela Lista de Condomínios em anexo.

1 - A representação do Condomínio junto à CEDAE será feita pelo Síndico e, na sua ausência, pelo Subsíndico, eleitos diretamente pelos Condôminos.

2 - Compete à CEDAE

- 2.1. A execução dos Sistemas de Água e de Esgotos, inclusive a dos respectivos Ramais Condômniais;
- 2.2. A execução das Ligações Prediais de Água e de Esgotos Sanitários, considerando o trecho entre o Ramal Condômnial e o limite do lote;
- 2.3. A operação e manutenção dos Sistemas, com exceção dos Ramais Condômniais de Água e de Esgotos;
- 2.4. A emissão e entrega das contas para cobrança dos serviços de abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário;
- 2.5. Prestar orientação técnica em garantia do correto funcionamento dos Ramais Condômniais da Água e de Esgotos, sempre que solicitada pelos respectivos Síndicos;
- 2.6. Comunicar oficialmente ao Condomínio qualquer anomalia encontrada nos respectivos Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário;
- 2.7. A execução de novas Ligações Prediais, em atendimento à solicitação do condomínio, após a verificação de sua efetiva necessidade pelo setor de operação e manutenção local;
- 2.8. Prestar orientação técnico-social aos respectivos Condôminos, quanto às atividades necessárias ao cumprimento adequado dos objetivos do Programa no local;
- 2.9. Promover, junto às comunidades, programas de Educação Sanitária e Ambiental, sobretudo no que se refere à adequada utilização dos equipamentos implantados.

3 - Compete ao Condomínio:

- 3.1. Eleger o Síndico e respectivo Subsíndico;
- 3.2. Zelar para que todos os componentes dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário sejam preservados contra qualquer ação que venha a alterar o projeto original e possa provocar perda de qualidade nesses Sistemas;
- 3.3. Executar, nos limites físicos do Condomínio, a manutenção dos Ramais Condominiais de Água e de Esgotos, sob a orientação da CEDA;
- 3.4. Não instalar qualquer tipo de lixo no vaso sanitário, pia, tanque ou nas caixas de passagem a impedir que as águas de chuva entrem nas canalizações de esgotos evitando, desta forma, entupimentos na rede;
- 3.5. Distribuir aos diversos Condôminos, através do síndico e no prazo adequado para pagamento sem multa, as contas individuais para cobrança dos serviços de Água e de Esgotos;
- 3.6. Evitar intervenções nos Ramais Condominiais de Água e de Esgotos, à exceção daquelas que sejam necessárias para a sua manutenção e executadas por pessoal habilitado;
- 3.7. Solicitar à CEDA, através do setor de manutenção e operação local, a execução de novas Ligarções Prediais.

4 - Cobrança:

- 4.1. Para fins de cobrança dos serviços em imóveis residenciais será adotado o consumo mínimo, equivalente a 15 m³/mês/economia, sobre o qual recairá o valor da tarifa mínima, em conformidade com o Decreto nº 22.163 de 8 de maio de 1996;
- 4.2. O não pagamento das contas, dentro dos prazos regulamentares, poderá acarretar o corte do abastecimento de Água da respectiva moradia, de acordo com as normas e procedimentos vigentes na CFEAE.

5 - Instalações Prediais:

A CEDAE fornecerá aos ocupantes dos Prédios, no âmbito dos respectivos Condomínios, recomendações técnicas para que as instalações prediais adequem-se, da melhor forma possível, ao Regulamento de Instalações de Redes de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário da CEDAE, visando o seu correto funcionamento.

6 - Terminologia

Para fins do presente Termo foi adotada a seguinte terminologia:

a) CONDOMÍNIO:

Conjunto de edificações vizinhas situadas no interior de uma linha contínua de ruas, bairros e vilas, semelhante às quadras das zonas urbanizadas. Cada Condomínio será ligado a um único ponto da rede pública de Água e a um ou mais pontos de Esgoto através de canalizações que compõem os RAMAIS CONDOMINIAIS, cuja integridade é da responsabilidade dos moradores que constam da Lista de Condôminos em anexo. É necessário que em cada Condomínio haja um SÍNDICO e respectivo SUBSÍNDICO eleitos pelos moradores e que, desta forma, possam representá-los junto à CEDAE.

b) PRÉDIO:

É uma edificação de um ou mais pavimentos que ocupa um lote do terreno no interior dos Condomínios. Cada Prédio será atendido por uma única Ligação de Água e outra de Esgotos ligadas aos respectivos pontos dos Ramais Condominiais de Água e de Esgotos.

d) ECONOMIAS:

São as diversas unidades residenciais, comerciais, industriais e/ou públicas existentes nos Prédios.

7 - Os casos omissos serão resolvidos mediante consulta à direção da CEDAE.

Pela CEDAE:

Presidente

Area Comercial

Pelo Condomínio:

Sindico

Data:

Testemunha:

Associação de Moradores

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
CEDAE – COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
SPO-3 – DIVISÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS
PROSANEAR – PROGRAMA DE SANEAMENTO PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

LEVANTAMENTO DAS CONDIÇÕES SÓCIO-AMBIENTAIS E DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA
1ª ETAPA

Entrevistado: _____

Realizada em ____/____/____

Responsáveis: _____

1. ASPECTOS GERAIS

1.1. Caracterização

Favela ☐

Vila ☐

Loteamento ☐

1.2. Nome

1.3. Localização

Bairro

RA

AP

Município

Dist. CEDAE

1.4. Principais vias de acesso

1.5. Estimativa de domicílios e população

Número de moradias

Número de habitantes

2. ASPECTOS COMUNITÁRIOS

2.1 Ocupação

Ano

Origem da população

Situação de posse de terra

2.2 Histórico da Comunidade

2.10 Comércio e Serviços – Principais estabelecimentos nas redondezas e no interior da Comunidade

--

2.11 Religião – Principais Instituições religiosas na Comunidade

--

2.12 Recursos Comunitários
2.12.1. a. Educação

Instituições		Na Comunidade			Nas Proximidades		Total
		Comunitária	Pública	Privada	Pública	Privada	
Educação Infantil	Creches						
	Pré-escolar						
Ensino Fundamental (1º Grau)							
Ensino Médio (2º Grau)							
Ensino Superior							

2.12.1.b. Identifique as Escolas e os níveis de ensino de cada uma delas:

--

2.12.2 a. Recreação e Lazer

Locais	Na Comunidade	Nas Proximidades	Total
Clubes			
Escolas de Samba / Blocos			
Praças			
Campo de Futebol / Quadras			

2.12.2.b. Indique os mais frequentados e outros existentes

2.12.3. a. Saúde

Instituições	Na Comunidade			Nas Proximidades		Total
	Comunitário	Público	Privado	Público	Privado	
Hospital						
Centro de Saúde						
Posto de Saúde						
Clínicas						
Outros						

2.12.3.b. Identifique as Instituições de saúde mais procuradas:

2.12.3.c. Condições de atendimento e problemas:

2.12.3.d. Principais doenças identificadas pela população:

3. ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE

3.1 Associação de Moradores

3.1.1. Identificação

Nome	CEP
Endereço	Telefone(s)

3.1.2. Dados Gerais

Data de fundação	Nº de associados	Possui Estatuto? Registrado?	Departamentos da A. M.
------------------	------------------	---------------------------------	------------------------

3.1.3. Instituições as quais é filiada

FAFERJ <input type="checkbox"/>	FAMERJ <input type="checkbox"/>	FAF-RIO <input type="checkbox"/>
---------------------------------	---------------------------------	----------------------------------

3.1.3. Diretoria			
Mandato		Presidente	
De		Vice-Presidente	
Até		Secretário	
		Outros	

3.1.4. Processo de escolha da diretoria?		
Eleição direta <input type="checkbox"/>	Aclamação <input type="checkbox"/>	Outro <input type="checkbox"/>

3.1.5. Outras instituições representativas mantidas pelos moradores:

3.2 Principais reivindicações dos moradores (por prioridade):

3.3 Principais iniciativas comunitárias já realizadas:

3.4 Dificuldades encontradas na realização do trabalho comunitário:

3.5 Principais atividades culturais realizadas na Comunidade:

3.6 Cite os projetos implantados nos últimos anos:	Governo	Comunitário	Privado

4. CONDIÇÕES DE SANEAMENTO

4.1. Sistema de Abastecimento de Água atual							
Rede		Total		Oficial		Outros	
Não existe <input type="checkbox"/>		Parcial <input type="checkbox"/>		Não oficial <input type="checkbox"/>		Bica pública <input type="checkbox"/>	Nascente <input type="checkbox"/>
						Poços <input type="checkbox"/>	Outros <input type="checkbox"/>

4.2 Solicitação à CEDAE (ano)	Água	Esgoto

4.3 Convênio Bomba	Sim <input type="checkbox"/>	Nº de empregados

4.4. Configuração do Sistema de Água

4.4.1. Elevatória

Não existe <input type="checkbox"/>	Capacidade <input type="text"/>	Vazão <input type="text"/>	Frequência <input type="text"/>	Quem faz a manobra e a recuperação?
--	------------------------------------	-------------------------------	------------------------------------	-------------------------------------

4.4.2. Reservatório

Não existe <input type="checkbox"/>	Apoiado <input type="checkbox"/> Elevado <input type="checkbox"/>	Capacidade <input type="text"/>	Condições de conservação
--	--	------------------------------------	--------------------------

4.4.3. Rede de distribuição

Não existe <input type="checkbox"/>	Oficial <input type="checkbox"/> Não oficial <input type="checkbox"/>	Rede principal Diâmetro: <input type="text"/>	Localização
--	--	--	-------------

4.5. Esgotamento Sanitário

Rede Não existe <input type="checkbox"/>	Total <input type="text"/> Parcial <input type="text"/>	Oficial <input type="text"/> Não oficial <input type="text"/>	Origem da obra CEDAE <input type="text"/> SMDS <input type="text"/>	Comunitária <input type="text"/> Outros <input type="text"/>
---	--	--	---	---

4.5.1. Caracterização do Sistema

Unitário <input type="checkbox"/>	Separador Absoluto <input type="checkbox"/>	Fossas <input type="checkbox"/>	Vaias a céu aberto <input type="checkbox"/>	Outros <input type="checkbox"/>
-----------------------------------	---	---------------------------------	---	---------------------------------

4.5.2. Destino Final do Esgoto

Ligado à rede oficial da CEDAE <input type="checkbox"/>	Ligado à vaia <input type="checkbox"/>	Se outros, quais?
Ligado à rede de drenagem <input type="checkbox"/>	Outros <input type="checkbox"/>	

4.5.3. Como é feita a manutenção dessas redes?

4.5.4. Instalações e equipamentos sanitários – Estimativa %

4.6 No caso de obras de saneamento, houve expansão desses sistemas? Especifique.

4.7 Expectativas em relação as obras de saneamento a serem realizadas:

4.7 Drenagem

Rede Não existe <input type="checkbox"/>	Total <input type="text"/> Parcial <input type="text"/>	Superficial <input type="text"/> Enterrada <input type="text"/>	Origem da obra
---	--	--	----------------

4.7.1. Destino final das águas pluviais:

4.7.2. Qualidade de funcionamento e problemas:

4.7.3. Existem áreas de risco na Comunidade? Especifique.

5. LIXO

5.1. Sistema de Coleta

Caminhão ☐Caçamba ☐Trator ☐Gari Comunitário ☐Coleta seletiva ☐

5.2. Responsável pela coleta

COMLURB ☐Comunidade ☐Outros ☐

5.3. Frequência no atendimento

5.4. Localização de pontos de lixo

6. OBSERVAÇÕES GERAIS

